

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital aberto, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na bolsa de valores dos Estados Unidos da América (NYSE EURONEXT) e no Latibex - o braço latino-americano da Bolsa de Valores de Madrid. É uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná.

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME), pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios e em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades principalmente nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais compreendem as demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As informações trimestrais estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 (R1) e IAS 34 - Informações Intermediárias. Consequentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2014, que não sofreram modificações no primeiro semestre de 2015, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2014, disponíveis nos sites da CVM e da Copel.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria de Finanças e de Relação com Investidores em 10.11.2015.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- os investimentos em controladas (nas demonstrações financeiras individuais da Controladora), em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial; e
- O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pela dedução do valor justo dos ativos do plano, do valor presente da obrigação atuarial calculada por atuário contratado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas, que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais, são as mesmas divulgadas na NE nº 2.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2014.

3 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas na NE nº 3 das demonstrações financeiras de 31.12.2014.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Caixa e bancos conta movimento	809	1.485	176.067	152.373
Aplicações financeiras de liquidez imediata	14.000	33.377	655.501	587.758
	14.809	34.862	831.568	740.131

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível	Indexador	Controladora		Consolidado	
	NE 35.1		30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Títulos disponíveis para venda						
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	-	-	64.250	93.558
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	61	56	44.500	36.718
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	-	-	4.168	87.979
Cotas de fundos de investimentos	1	CDI	103	96	103	99
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Pré-Fixada	-	-	-	17.153
LF Caixa	2	CDI	-	-	-	12.450
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	1	CDI	-	-	-	2.001
			164	152	113.021	249.958
Títulos para negociação						
Cotas de fundos de investimentos	2	CDI	-	-	134.568	164.281
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	-	-	33.512	10.320
Fundo Multimercado	2	CDI	-	-	114.156	43.021
Letras Financeiras	2	CDI	-	-	59.037	32.041
LTN	1	Selic	-	-	15.573	52.798
CDB	2	CDI	-	-	119	1.128
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	2	CDI	-	-	9.949	14.224
Debêntures	2	CDI	-	-	2.718	2.961
Crédito Imobiliário	2	CDI	-	-	2.327	-
Certificado de Recebimentos Imobiliários - CRI	2	IGPDI	-	-	-	12.230
Loan - Operação de Crédito (Mútuo)	2	IPCA	-	-	-	8.357
Tesouraria	1	-	-	-	4	6
			-	-	371.963	341.367
			164	152	484.984	591.325
Circulante			164	152	384.549	459.115
Não circulante			-	-	100.435	132.210

A Copel e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 60 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

Entre os principais valores aplicados, estão fundos exclusivos e garantias:

Consolidado	30.09.2015	31.12.2014
Fundos exclusivos		
UEG Araucária - Fundo de Investimento - BTG Geiser	136.258	-
UEG Araucária - Banco do Brasil	104.465	90.521
UEG Araucária - Bradesco	114.276	61.370
UEG Araucária - Caixa Econômica Federal	10.524	21.704
UEG Araucária - BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	-	167.629
Copel Geração e Transmissão - Banco do Brasil	-	65.391
Copel Distribuição - Banco do Brasil	-	3
	365.523	406.618
Garantias		
Contratos de Comercialização de Energia - CCEE	1.289	81.926
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	160	-
Financiamentos para construção de Usinas Hidrelétricas e Linhas de Transmissão	68.367	62.049
Atendimento do art. 17 da lei nº 11.428 e eventual autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	40.162	36.662
Debêntures da Compagás	6.317	-
Leilões da Aneel	2.879	3.753
	119.174	184.390

6 Cauções e Depósitos Vinculados

Consolidado	30.09.2015	31.12.2014
Caução STN (6.1)	84.024	56.956
Outros	1.809	13.497
	85.833	70.453
Circulante	1.809	13.497
Não circulante	84.024	56.956

6.1 Caução - Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Constituição de garantias, sob a forma de caução em dinheiro, destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos *Par Bond* e *Discount Bond*, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024 (NE nº 22). Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

7 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30.09.2015	Saldo 31.12.2014
Consumidores					
Residencial	298.242	196.665	69.511	564.418	343.911
Industrial	280.087	50.508	35.767	366.362	220.569
Comercial	237.289	58.608	32.386	328.283	202.640
Rural	48.753	18.413	3.498	70.664	39.982
Poder público	39.262	13.360	11.103	63.725	56.507
Iluminação pública	37.447	365	92	37.904	20.820
Serviço público	38.410	1.444	763	40.617	21.947
Receita de fornecimento não faturada	556.738	-	-	556.738	402.465
Parcelamento de débitos	79.881	8.470	28.137	116.488	147.865
Subsídio baixa renda - Eletrobras	11.648	-	-	11.648	13.368
Governo do Paraná - Programa Luz Fraterna (NE nº 16.1)	2.930	5.871	-	8.801	2.680
Outros créditos	57.669	28.738	33.995	120.402	103.095
	1.688.356	382.442	215.252	2.286.050	1.575.849
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
CCEE (7.1)	263.818	160.115	205.942	629.875	494.900
CCEAR - leilão	76.336	12.631	6.896	95.863	95.274
Contratos bilaterais	97.146	739	25	97.910	98.449
Receita de suprimento não faturada	29.125	-	-	29.125	12.309
Regime de cotas	2.275	3.381	2	5.658	4
Ressarcimento de geradores	-	-	1.256	1.256	1.256
	468.700	176.866	214.121	859.687	702.192
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	31.970	864	2.357	35.191	4.276
Rede elétrica não faturada	34.615	-	-	34.615	14.109
Rede básica e de conexão	7.768	8.585	5.275	21.628	17.288
	74.353	9.449	7.632	91.434	35.673
Telecomunicações	8.487	10.510	55.947	74.944	51.934
Distribuição de gás	61.232	3.280	1.391	65.903	48.385
PCLD (7.2)	-	(72.211)	(240.631)	(312.842)	(159.521)
	2.301.128	510.336	253.712	3.065.176	2.254.512
Circulante	2.215.969	510.336	253.712	2.980.017	2.178.816
Não circulante	85.159	-	-	85.159	75.696

7.1 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Do saldo apresentado, o valor de R\$ 428.720 refere-se à UEG Araucária e o valor de R\$ 181.560 refere-se à Copel Geração e Transmissão. As liquidações financeiras referentes aos meses de julho e agosto foram recebidas parcialmente, no valor de R\$ 129.113 pela UEG Araucária em 15.10.2015. O saldo remanescente, referente às liquidações financeiras dos meses de agosto e setembro da UEG Araucária, tem previsão de recebimento para o mês de novembro de 2015.

7.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Consolidado	Saldo em 1º.01.2015	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 30.09.2015
Consumidores				
Residencial	59.518	41.356	(13.757)	87.117
Industrial	35.957	6.765	(3.954)	38.768
Comercial	39.835	4.465	(3.806)	40.494
Rural	1.273	860	(535)	1.598
Poder público	9.155	113	-	9.268
Iluminação pública	81	-	-	81
Serviço público	260	148	-	408
	146.079	53.707	(22.052)	177.734
Concessionárias e permissionárias				
CCEE (7.2.1)	-	119.665	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	9.089	1.052	-	10.141
	9.089	120.717	-	129.806
Telecomunicações	3.043	715	-	3.758
Distribuição de gás	1.310	282	(48)	1.544
	159.521	175.421	(22.100)	312.842

7.2.1 CCEE

Em 2015, foi constituída PCLD no valor de R\$ 119.665 referente a diferenças entre os preços de venda de energia negociada nos CCEARs da Usina Hidrelétrica de Colíder e o Preço de Liquidação de Diferença - PLD. A Companhia aguarda a definição por parte da Aneel quanto ao pleito de revisão do cronograma de início da operação comercial desta usina para a possível reversão desta provisão.

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

8.1 Mutação do CRC

Controladora e consolidado	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 1º.01.2015	94.579	1.249.529	1.344.108
Juros	63.581	-	63.581
Variação monetária	2.451	85.396	87.847
Transferências	77.864	(77.864)	-
Recebimentos	(133.941)	-	(133.941)
Em 30.09.2015	104.534	1.257.061	1.361.595

8.2 Vencimento das parcelas de longo prazo

Controladora e consolidado	30.09.2015
2016	27.645
2017	115.140
2018	122.798
2019	130.964
2020	139.674
Após 2021	720.840
	1.257.061

9 Ativos Financeiros Setoriais Líquidos

9.1 Composição dos saldos de ativos financeiros setoriais líquidos por ciclo tarifário

Consolidado	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2014				
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	-	4.254	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão - Rede básica	-	14.304	-	-
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	-	2.469	-	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	(81.703)	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	1.160	-	-
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	-	4.604	-	-
Energia elétrica comprada para revenda - CVA Energ	-	162.114	-	-
Transporte de energia comprada de Itaipu	-	165	-	-
Outros componentes financeiros				
Sobrecontratação	-	79.201	-	-
Eletronuclear	-	1.554	-	-
Neutralidade	-	(10.670)	-	-
	-	177.452	-	-
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2015				
Rede básica	104.672	41.274	-	41.274
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	-	(55.585)	-	(55.585)
ESS	(300.966)	(144.531)	-	(144.531)
CDE	256.512	7.866	-	7.866
Proinfa	(1.777)	-	-	-
CVA Energ	547.914	220.680	-	220.680
Transporte de energia comprada de Itaipu	4.288	946	-	946
Outros componentes financeiros				
Diferimento IRT 2013	215.437	140.337	-	140.337
Diferimento IRT 2014 (constituição)	486.005	159.364	-	159.364
Revisão tarifária extraordinária	(269.645)	-	-	-
Sobrecontratação	118.167	66.668	-	-
Neutralidade	(11.832)	(5.173)	-	-
Exposição financeira	14.883	-	-	-
Garantias	126	-	-	61.495
	1.163.784	431.846	-	431.846
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2016				
Rede básica	3.034	-	9.103	-
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	124.058	-	372.174	-
ESS	(20.063)	-	(60.190)	-
CDE	95.664	-	286.994	-
Proinfa	(4)	-	(11)	-
CVA Energ	(19.605)	-	(58.816)	-
Transporte de energia comprada de Itaipu	704	-	2.111	-
Outros componentes financeiros				
Sobrecontratação	2.582	-	7.745	-
Revisão tarifária extraordinária	(127.909)	-	(383.726)	-
Neutralidade	11.845	-	35.535	-
Exposição financeira	2.163	-	6.489	-
	72.469	-	217.408	-
	1.236.253	609.298	217.408	431.846

9.2 Mutação dos ativos financeiros setoriais líquidos

	Saldo 1º.01.2015	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 30.09.2015
CCC	4.254	-	(4.254)	-	-
Rede básica	96.852	63.001	(52.402)	9.358	116.809
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	(108.701)	601.030	(2.610)	6.513	496.232
ESS	(370.765)	(169.209)	193.512	(34.757)	(381.219)
CDE (a)	16.892	690.424	(92.828)	24.682	639.170
Proinfa	4.604	(2.284)	(4.240)	128	(1.792)
CVA Energ	603.474	176.245	(366.399)	56.173	469.493
Transporte de energia comprada de Itaipu	2.057	6.445	(1.702)	303	7.103
Outros componentes financeiros					
Sobrecontratação	212.537	5.733	(118.590)	28.814	128.494
Diferimento reposição tarifária	599.402	311.213	(233.814)	24.641	701.442
Revisão tarifária extraordinária	-	(842.087)	89.881	(29.074)	(781.280)
Neutralidade	(21.016)	42.099	14.615	(150)	35.548
Exposição financeira	-	25.326	(4.961)	3.170	23.535
Eletronuclear	1.554	-	(1.554)	-	-
Garantias	-	160	(42)	8	126
	1.041.144	908.096	(585.388)	89.809	1.453.661
	Circulante 609.298				1.236.253
	Não Circulante 431.846				217.408

(a) Resoluções Aneel nºs 1.740/2014, 1.856/2015, 1.857/2015, 1.863/2015 e 1.897/2015.

10 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

10.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante		Consolidado
		Ativo	Obrigações especiais	
Em 1º.01.2015	7.430	6.762.702	(2.344.715)	4.425.417
Capitalizações do intangível em curso	-	576.439	(95.689)	480.750
Transferências do intangível - renovação da concessão de distribuição	-	583.165	(62.324)	520.841
Transferências entre circulante e não circulante	34.167	(34.167)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(33.246)	-	-	(33.246)
Transferências do imobilizado	-	1.768	-	1.768
Variação monetária	-	263.305	(127.349)	135.956
Remuneração	-	66.340	-	66.340
Receita de construção	-	136.783	-	136.783
Baixas	-	(24.851)	(13.813)	(38.664)
Em 30.09.2015	8.351	8.331.484	(2.643.890)	5.695.945

10.1.1 Contrato de concessão de distribuição

A Companhia manifestou-se favorável pela renovação do Contrato de Concessão nº 046/1999, nos termos da lei nº 12.783/2013, cujo vencimento ocorreu em 07.07.2015. A renovação do contrato de concessão se dará mediante condições legais e regulatórias a serem determinadas.

A Companhia confia na possibilidade de renovação, desde que, garantidos os níveis de rentabilidade da empresa. Considerando o disposto na Lei nº 8.987, de 13.02.1995, art. 42, §2º, “as concessões permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses” e a manifestação da Aneel através do Despacho 3.592 de 28.10.2015, foi reclassificado o valor de R\$ 569.314, do Contas a Receber Vinculadas à Concessão para o Ativo Intangível, correspondente a 24 quotas de amortização, até que o processo seja finalizado.

10.2 Compromissos relativos às concessões de transmissão

Compromissos assumidos com os fornecedores de equipamentos e serviços referentes aos seguintes empreendimentos:

Linhas de Transmissão e Subestações	Valor
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté	143.055
Contrato nº 022/12 - LT 230 kV - Foz do Chopim - Salto Osorio C2 e Londrina Figueira	39.517
Contrato nº 002/13 - LT 230 kV - Assis - Paraguaçu Paulista	50.624
Contrato nº 005/14 - LT 230kV Bateias - Curitiba Norte e SE 230kV Curitiba Norte	16.100
Contrato nº 021/14 - LT 230kV Foz do Chopim Realeza Sul e SE 230 kV Realeza Sul	16.100
Contrato nº 022/14 - LT 500kV Londrina - Assis	16.100

11 Contas a Receber Vinculadas à Indenização da Concessão

Foram recebidas em 18.08.2015, 15.09.2015 e 15.10.2015 as parcelas de fevereiro a abril de 2015, respectivamente de R\$ 42.171, R\$ 38.454 e R\$ 35.799, sendo que a expectativa da Administração é o recebimento das demais parcelas em atraso em novembro de 2015, no montante de R\$ 94.443, com a recomposição dos recursos da CDE pelo Poder Concedente.

Em 31.03.2015, a Companhia protocolou junto a Aneel o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e Demais Instalações de Transmissão - RPC, referentes ao contrato de concessão 060/2001, renovado pela Lei 12.783/13.

A Companhia, em junho de 2015, recebeu a fiscalização da Aneel para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável. A Aneel tem o prazo legal de 30 dias a partir da data de protocolo, para manifestar o aceite do laudo de avaliação e mais 120 dias, a partir do aceite, para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável, podendo incorrer em ajustes na base de indenização.

O laudo da Companhia elaborado em conformidade com a Resolução Normativa Aneel nº 589/2013 totaliza R\$ 882.300, equivalentes aos investimentos pelo Valor Novo de Reposição - VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31.12.2012. A Companhia aguarda a conclusão dos trabalhos da Aneel.

Em decorrência do vencimento das concessões da UHE Rio dos Patos, UHE GPS e UHE Mourão I a Copel Geração e Transmissão depreciou as usinas até a data de vencimento das concessões e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, no valor de R\$ 58.654, para "Contas a receber vinculadas à indenização da concessão", o qual será confrontado com o valor da indenização a ser definida por parte do Poder Concedente.

A Administração da Companhia avaliou estes ativos, utilizando a metodologia do valor novo de reposição, conforme definido na Resolução Normativa Aneel nº 596/2013 e, apesar do poder concedente ainda não ter divulgado a forma do pagamento da remuneração dos ativos e de existirem incertezas quanto a homologação dos investimentos realizados, a expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados em.

11.1 Mutações das contas a receber vinculadas à indenização da concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2015	301.046	160.217	461.263
Transferências do imobilizado - indenização de concessões de geração	-	58.654	58.654
Remuneração	96.900	-	96.900
Amortizações	(267.703)	-	(267.703)
Em 30.09.2015	130.243	218.871	349.114

12 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Repasse CDE (12.1)	-	-	297.780	210.808
Serviços em curso (a)	10.955	10.795	129.024	96.107
Adiantamento a fornecedores (b)	5	-	87.725	95.311
Adiantamento para indenizações imobiliárias	-	-	32.787	16.159
Adiantamento a empregados	2.371	1.537	30.965	24.452
Desativações em curso	-	-	27.626	11.211
Outros créditos	269	666	57.395	47.094
	13.600	12.998	663.302	501.142
Circulante	13.600	12.695	627.949	415.818
Não circulante	-	303	35.353	85.324

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

(b) Referem-se a adiantamentos previstos em cláusulas contratuais.

12.1 Repasse CDE

O saldo apresentado em 30.09.2015 refere-se a recursos da CDE para cobrir os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição desde 2013, conforme estabelecido no Decreto nº 7.891 de 23.01.2013.

Pela Resolução nº 1.763/2014, a Aneel homologou o valor mensal de R\$ 28.697 a ser repassado à Copel Distribuição, em recursos da CDE, no período de junho de 2014 à maio de 2015, sendo R\$ 26.712 para custear descontos incidentes sobre as tarifas, e R\$ 1.985 referentes à diferença entre os valores previstos e os realizados no período de fevereiro de 2013 a maio de 2014.

A Resolução nº 1.858 de 27.02.2015 homologou os resultados da Revisão Tarifária Extraordinária das concessionárias de distribuição de energia elétrica. O valor mensal de repasse à Copel Distribuição foi alterado para R\$ 36.475, para o período de março a maio de 2015.

Com o Reajuste Tarifário de 2015 da Copel Distribuição, homologado pela Resolução nº 1.897 de 16.06.2015, o valor mensal da parcela foi estabelecido em R\$ 37.713, para o período de junho de 2015 à maio de 2016, e R\$ 8.805 relativo ao ajuste financeiro referente à diferença entre os valores previstos e os realizados no período de junho de 2014 a maio de 2015.

A Companhia recebeu em 2014 as parcelas referentes às competências até maio de 2014. Até Setembro de 2015, a Companhia recebeu as parcelas de junho a dezembro de 2014 e janeiro de 2015. Em outubro de 2015, recebeu o montante de R\$ 138.122 relativo às parcelas de fevereiro a maio de 2015. A Companhia tem a expectativa de receber as demais parcelas quando da recomposição do fundo da CDE pelas quotas de 2015.

13 Estoques

Consolidado			
Operação / Manutenção	30.09.2015	31.12.2014	
Copel Distribuição	93.324	101.399	
Copel Geração e Transmissão	29.130	29.389	
Copel Telecomunicações	11.358	17.684	
Compagás	2.139	2.150	
	135.951	150.622	

14 Tributos

14.1 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Ativo circulante				
IR e CSLL a compensar	122.490	114.730	352.911	448.599
IR e CSLL a compensar com o passivo	-	(35.818)	(183.935)	(343.525)
	122.490	78.912	168.976	105.074
Ativo não circulante				
IR e CSLL a recuperar	76.929	114.195	92.074	128.615
	76.929	114.195	92.074	128.615
Passivo circulante				
IR e CSLL a recolher	-	38.260	510.403	653.406
IR e CSLL a compensar com o ativo	-	(35.818)	(183.935)	(343.525)
	-	2.442	326.468	309.881

14.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

14.2.1 Muta  o do imposto de renda e contribui  o social diferidos

Controladora	Saldo em 1�.01.2015	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido no patrimônio abrangente do exercício	Saldo em 30.09.2015
Ativo não circulante				
Provisões para litígios	101.090	5.498	-	106.588
Amortiza��o do direito de concessão	18.598	1.483	-	20.081
Prejuízo fiscal e base de cáculo negativa	-	38.217	-	38.217
Provisão Finam	3.457	-	-	3.457
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	2.000	-	-	2.000
PCLD	1.478	-	-	1.478
Provisão para passivo a descoberto	-	1.346	-	1.346
Outros	2.751	2.683	-	5.434
	129.374	49.227	-	178.601
(-) Passivo não circulante				
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	5.851	-	(122)	5.729
Efeitos CPC 08 - custo de transa��o	-	4.083	-	4.083
	31.148	4.083	(122)	35.109
Líquido	98.226	45.144	122	143.492

Consolidado	Saldo em 1�.01.2015	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido no resultado abrangente do exercício	Saldo em 30.09.2015
Ativo não circulante				
Provisões para litígios	467.565	55.979	-	523.544
Efeitos CPC 01 - redu��o ao valor recuperável de ativos	274.476	-	-	274.476
Planos previdenciário e assistencial	220.371	26.890	-	247.261
Provisão para compra de energia	155.614	35.831	-	191.445
Prejuízo fiscal e base de cáculo negativa	14.574	78.674	-	93.248
PCLD	61.174	56.344	-	117.518
Provisão para P&D e PEE	93.581	22.337	-	115.918
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	83.939	-	-	83.939
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	46.259	1.191	-	47.450
Amortiza��o do direito de concessão	36.942	1.483	-	38.425
INSS - liminar sobre depósito judicial	29.607	4.844	-	34.451
Bandeira tarifária	-	17.346	-	17.346
Provisão para perdas tributárias	17.114	595	-	17.709
Provisão para participa��o nos lucros	30.438	(21.300)	-	9.138
Outros	32.292	8.432	(216)	40.508
	1.563.946	288.646	(216)	1.852.376
(-) Passivo não circulante				
Ativos financeiros setoriais	353.989	140.256	-	494.245
Efeitos CPC 27 - custo atribuido	585.781	(36.737)	-	549.044
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	19.113	43.823	-	62.936
Diferimento de ganho de capital	39.618	(16.979)	-	22.639
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	5.946	(96)	(122)	5.728
Capitaliza��o de encargos financeiros	5.357	-	-	5.357
Outros	18.017	1.260	-	19.277
	1.053.118	131.527	(122)	1.184.523
Líquido	510.828	157.119	(94)	667.853
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	526.046			667.853
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(15.218)			-
Líquido	510.828			667.853

14.3 Outros tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	57.042	92.247
PIS/Pasep e Cofins a compensar	-	-	74.295	69.771
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	-	(68.964)	(66.263)
Outros tributos a compensar	-	-	582	530
	-	-	62.955	96.285
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	33.755	34.977
PIS/Pasep e Cofins	-	-	54.725	55.206
Outros tributos a compensar	14	-	33.308	33.298
	14	-	121.788	123.481
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	146.530	85.674
PIS/Pasep e Cofins a recolher	1.304	5.568	112.109	97.758
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	-	-	(68.964)	(66.263)
IRRF sobre JSCP	-	-	-	2.222
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	-	-	44.106	-
Outros tributos	67	29	10.343	17.938
	1.371	5.597	244.124	137.329
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	1.300	820	101.466	87.129
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	-	-	154.369	-
Outros tributos	-	-	391	-
	1.300	820	256.226	87.129

14.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL	751.989	934.912	1.278.175	1.495.590
IRPJ e CSLL (34%)	(255.676)	(317.870)	(434.580)	(508.501)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	300.395	351.050	46.555	40.817
Dividendos	238	201	238	201
Finam	-	432	-	432
Despesas indedutíveis	(30)	(13)	(3.080)	(4.866)
Incentivos fiscais	-	(20)	2.131	5.446
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	-	369	36.303
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	(32.812)	(749)
Outros	-	-	6.443	79
IRPJ e CSLL correntes	(217)	-	(571.855)	(674.926)
IRPJ e CSLL diferidos	45.144	33.780	157.119	244.088
Alíquota efetiva - %	-6,0%	-3,6%	32,4%	28,8%

De acordo com as disposições trazidas pela Lei 12.973/2014 e pela Instrução Normativa RFB 1.515/2014, as quais trouxeram mudanças relacionadas aos tributos IRPJ, CSLL, PIS e Cofins, cuja vigência iniciou-se em 1º.01.2015, a partir desta data, a Companhia e suas subsidiárias integrais vêm apurando seus tributos aplicando os preceitos das referidas legislações.

15 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Fiscais	270.680	272.462	455.309	437.100
Trabalhistas	1.026	1.085	159.503	144.251
Cíveis				
Fornecedores	-	-	2.828	95.558
Cíveis	389	389	82.567	43.412
Servidões de passagem	-	-	7.761	8.036
Consumidores	-	-	3.519	3.391
	389	389	96.675	150.397
Outros	-	-	3.325	4.505
	272.095	273.936	714.812	736.253

16 Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Controlador				
Estado do Paraná (16.1)	153.300	137.137	153.300	137.137
	153.300	137.137	153.300	137.137
Controladas				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Copel Geração e Transmissão	24.000	202.617	-	-
Copel Distribuição	89.491	124.791	-	-
Copel Telecomunicações	31.300	31.300	-	-
Compagás	3.656	7.312	-	-
Elejor	25.310	3.189	-	-
UEG Araucária	-	6.267	-	-
Outras	1.031	968	-	-
	174.788	376.444	-	-
Compartilhamento de estrutura				
Copel Renováveis	312	1.137	-	-
Copel Participações	135	788	-	-
	447	1.925	-	-
Financiamentos repassados - STN				
Copel Distribuição (16.2)	106.491	71.197	-	-
	106.491	71.197	-	-
Mútuo				
Copel Telecomunicações (16.3)	3.711	-	-	-
	3.711	-	-	-
Coligadas e Controladas em conjunto				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Sanepar	6.590	6.211	6.590	6.211
Dominó Holdings	-	1.211	4.257	4.072
Integração Maranhense	-	-	1.069	227
Matrinhã	-	-	8.116	8.116
Guaraciaba	-	-	3.930	3.930
Outras	127	-	714	3.776
	6.717	7.422	24.676	26.332
Mútuo				
Voltaia São Miguel do Gostoso (16.4)	24.229	-	24.229	-
	24.229	-	24.229	-
Outros investimentos	11	-	11	-
	469.694	594.125	202.216	163.469
Ativo circulante - Dividendos a receber	181.516	383.866	24.687	26.332
Ativo circulante - Partes relacionadas	447	1.925	-	-
Ativo não circulante	287.731	208.334	177.529	137.137

16.1 Crédito referente ao Programa Luz Fraterna

A Diretoria da Copel, através da 2065ª Redir de 10.09.2013, aprovou a transferência da dívida do Governo do Estado do Paraná relativa ao Programa Luz Fraterna, da Copel Distribuição para a Copel, bem como a alteração dos procedimentos para que futuras dívidas deste programa de governo sejam assumidas pela Copel.

A Aneel, por meio do despacho nº 1.560 de 13.05.2014, anuiu a transação. Em 31.05.2014 foi celebrado o “Instrumento de Cessão de Crédito” transferindo os direitos creditórios da Copel Distribuição para a Copel, da conta Luz Fraterna, referente ao período de setembro de 2010 a fevereiro de 2014, incluindo os encargos por atraso no pagamento (multa de 2%, atualização monetária pela variação do IGPM e juros de 1% ao mês), totalizando o montante de R\$ 115.696, com vencimento em 31.05.2014. A Copel, por sua vez, realizou o repasse da mesma quantia à Copel Distribuição para quitação das faturas vencidas.

O Instrumento também prevê que a Copel Distribuição realize semestralmente a transferência à Copel, a título de direitos creditórios, dos faturamentos subsequentes e respectivos encargos por atraso no pagamento (multa de 2%, atualização monetária pela variação do IGPM e juros de 1% ao mês) referentes ao Programa Luz Fraterna eventualmente não quitados a partir de 1º.03.2014. Nesse contexto, em 2014 foi transferido o valor de R\$ 21.441 e em 2015, o valor de R\$ 16.163. A Copel, por sua vez, realizou o repasse da mesma quantia à Copel Distribuição para quitação das faturas vencidas.

Caso venha a ocorrer inadimplemento do repasse por parte da Copel para a Copel Distribuição, os valores serão atualizados monetariamente pela variação do IGPM até o efetivo repasse.

Com base no Instrumento de Cessão de Crédito, a Copel emitirá nota de débito ao Governo do Estado do Paraná. A partir da data de emissão da nota de débito até o efetivo pagamento pelo Governo do Estado do Paraná, incidirá atualização monetária pela variação do IGPM e juros de 1% ao mês.

16.2 Financiamentos repassados - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais, quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

Os financiamentos mencionados são repassados com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e são apresentados separadamente, como crédito com as subsidiárias integrais, e como obrigações por empréstimos e financiamentos nas subsidiárias (NE nº 22).

16.3 Mútuo - Copel Telecomunicações S.A.

Em 12.06.2015, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel (mutuante) e a Copel Telecomunicações S.A. (mutuária), no valor de até R\$ 20.000, com vigência até 31/12/2016 e remuneração de 111,5% do CDI, com o objetivo de proporcionar recursos para atendimento ao programa de investimento da mutuária. Os valores liberados, de R\$ 3.800 em 15/06/2015 e de R\$ 3.600 em 03/08/2015, já foram liquidados, gerando uma receita financeira no valor de R\$ 113.

16.4 Mútuo - Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Em 03.02.2015, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel (mutuante) e a Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (mutuária), no valor de R\$ 29.400, com prazo de 2 anos e remuneração de 111,5% do CDI, com o objetivo de proporcionar capital de giro para o financiamento das atividades e negócios da mutuária. Em 2015, foi registrada receita financeira no valor de R\$ 2.349.

17 Investimentos

17.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2015	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP propostos	Saldo em 30.09.2015
Controladas (17.2)							
Copel Geração e Transmissão	6.484.578	704.463	330	-	-	(1.253.544)	5.935.827
Copel Distribuição	4.329.575	98.199	86	939.000	-	-	5.366.860
Copel Telecomunicações	417.157	43.428	-	39.600	-	-	500.185
Copel Renováveis	(2.145)	(7.104)	-	9.249	-	-	-
Copel Participações	228.382	12.394	6.580	1.500	-	-	248.856
UEG Araucária	190.415	55.672	-	-	-	(44.266)	201.821
Compagás	141.793	9.403	-	-	-	-	151.196
Elejor	59.370	4.232	-	-	-	(30.490)	33.112
Elejor - direito de concessão	16.024	-	-	-	(565)	-	15.459
São Bento	129.021	(30.967)	-	62.975	-	-	161.029
São Bento - direito de autorização	88.837	-	-	-	(2.123)	-	86.714
Cutia	56.278	(1.171)	-	16.525	-	-	71.632
Cutia - direito de autorização	8.712	-	-	-	-	-	8.712
Nova Asa Branca I	12.337	(6.961)	-	24.400	-	(2)	29.774
Nova Asa Branca I - direito de autorização	54.979	-	-	-	(279)	-	54.700
Nova Asa Branca II	15.362	(6.138)	-	7.000	-	(2)	16.222
Nova Asa Branca II - direito de autorização	55.087	-	-	-	-	-	55.087
Nova Asa Branca III	15.764	(8.435)	-	53.300	-	(2)	60.627
Nova Asa Branca III - direito de autorização	53.342	-	-	-	(126)	-	53.216
Nova Eurus IV	11.693	(7.652)	-	36.550	-	(2)	40.589
Nova Eurus IV - direito de autorização	56.583	-	-	-	(210)	-	56.373
Santa Maria	62.024	975	-	-	-	(16)	62.983
Santa Maria - direito de autorização	29.421	-	-	-	(402)	-	29.019
Santa Helena	68.189	132	-	-	-	(39)	68.282
Santa Helena - direito de autorização	31.674	-	-	-	(397)	-	31.277
Ventos de Santo Uriel	15.034	(334)	-	13.600	-	-	28.300
Ventos de Santo Uriel - direito de autorização	14.871	-	-	-	(167)	-	14.704
	12.644.357	860.136	6.996	1.203.699	(4.269)	(1.328.363)	13.382.556
Empreendimentos controlados em conjunto (17.3)							
Voltalia São Miguel do Gostoso I	52.421	(3.988)	-	7.805	-	(127)	56.111
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	11.693	-	-	-	(94)	-	11.599
Paraná Gás (17.3.1)	-	-	-	114	-	-	114
	64.114	(3.988)	-	7.919	(94)	(127)	67.824
Coligadas (17.4)							
Sanepar	282.311	23.591	8.419	-	-	(15.492)	298.829
Dona Francisca Energética	53.908	5.740	-	-	-	(13.687)	45.961
Foz do Chopim Energética	14.907	7.636	-	-	-	(8.110)	14.433
Carbocampel	1.521	(2)	-	19	-	-	1.538
Dois Saltos	720	(599)	-	-	-	-	121
Copel Amec	192	6	-	-	-	-	198
Escoelectric	134	(41)	-	148	-	-	241
	353.693	36.331	8.419	167	-	(37.289)	361.321
Outros investimentos							
Finam	1.322	-	-	-	-	-	1.322
Finor	223	-	(44)	-	-	-	179
Investco S.A.	9.394	-	60	-	-	-	9.454
Outros investimentos	6.692	-	(376)	-	-	-	6.316
	17.631	-	(360)	-	-	-	17.271
	13.079.795	892.479	15.055	1.211.785	(4.363)	(1.365.779)	13.828.972

Consolidado	Saldo em 1º.01.2015	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Dividendos e JSCP propostos	Amorti- zação	Saldo em 30.09.2015
Empreendimentos controlados em conjunto (17.3)							
Dominó Holdings	225.334	17.220	6.580	-	(10.413)	-	238.721
Voltalia São Miguel do Gostoso I	52.421	(3.988)	-	7.805	(127)	-	56.111
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	11.693	-	-	-	-	(94)	11.599
Paraná Gás (17.3.1)	-	-	-	114	-	-	114
Costa Oeste	23.924	4.861	-	2.984	-	-	31.769
Marumbi	63.747	10.141	-	2.211	-	-	76.099
Transmissora Sul Brasileira	73.291	1.421	-	664	-	-	75.376
Caiuá	44.761	7.330	-	-	-	-	52.091
Integração Maranhense	91.835	12.128	-	2.352	(841)	-	105.474
Matrinchã	443.262	38.752	-	132.177	-	-	614.191
Guaraciaba	145.979	16.917	-	76.848	-	-	239.744
Paranaíba	68.308	8.670	-	22.050	-	-	99.028
Mata de Santa Genebra	26.151	740	-	2.756	-	-	29.647
Cantareira	15.273	378	-	23.352	-	-	39.003
	1.285.979	114.570	6.580	273.313	(11.381)	(94)	1.668.967
Coligadas (17.4)							
Sanepar	282.311	23.591	8.419	-	(15.492)	-	298.829
Dona Francisca	53.908	5.740	-	-	(13.687)	-	45.961
Foz do Chopim	14.907	7.636	-	-	(8.110)	-	14.433
Carbocampel	1.521	(2)	-	19	-	-	1.538
Dois Saltos	720	(599)	-	-	-	-	121
Copel Amec	192	6	-	-	-	-	198
Escoelectric	134	(41)	-	148	-	-	241
	353.693	36.331	8.419	167	(37.289)	-	361.321
Outros investimentos							
Finam	1.322	-	-	-	-	-	1.322
Finor	223	-	(44)	-	-	-	179
Investco S.A.	9.394	-	60	-	-	-	9.454
Bens destinados a uso futuro	1.652	-	-	-	-	-	1.652
Outros investimentos	7.887	-	(376)	-	-	-	7.511
	20.478	-	(360)	-	-	-	20.118
	1.660.150	150.901	14.639	273.480	(48.670)	(94)	2.050.406

17.2 Controladas

30.09.2015	Sede	Atividade principal	Participação %					
			Copel	Copel GeT	Copel Ren	São Bento	Cutia	Não controladores
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100	-	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A.	Curitiba/PR	Distribuição de energia elétrica	100	-	-	-	-	-
Copel Telecomunicações S.A.	Curitiba/PR	Telecomunicações e comunicações	100	-	-	-	-	-
Copel Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100	-	-	-	-	-
Copel Participações S.A. (Copel PAR)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100	-	-	-	-	-
Copel Brisa Potiguar S.A. (17.2.1)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	-	-	100	-	-	-
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100	-	-	-	-	-
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (a)	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100	-	-	-	-	-
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100	-	-	-	-	-
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100	-	-	-	-	-
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100	-	-	-	-	-
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100	-	-	-	-	-
Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A.	São Paulo/SP	Controle e gestão de participações	100	-	-	-	-	-
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51	-	-	-	-	49
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70	-	-	-	-	30
UEG Araucária Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	20	60	-	-	-	20
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.	São Paulo/SP	Controle e gestão de participações	100	-	-	-	-	-
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	100	-	-
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	100	-	-
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	100	-	-
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	100	-	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. (a)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-
Usina de Energia Eólica Jangada S.A. (a)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. (a)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-
Usina de Energia Eólica Cutia S.A. (a)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A. (a)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A. (a)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A. (a)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	-	-	-	-	100	-

(a) Fase pré-operacional.

17.2.1 Copel Brisa Potiguar S.A.

Em 21.01.2015, foi constituída a sociedade por ações Copel Brisa Potiguar S.A., subsidiária integral da Copel Renováveis S.A., destinada a promover a gestão dos empreendimentos eólicos vinculados às seguintes sociedades de propósito específico - SPE's: Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A., Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A., Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A., Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A., Santa Maria Energias Renováveis S.A., Santa Helena Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Uriel S.A..

17.2.2 Demonstrações financeiras das controladas com participação de não controladores

30.09.2015	Compagás	Elejor	UEG Araucária
ATIVO	582.017	703.772	1.214.215
Ativo circulante	218.112	55.772	818.856
Ativo não circulante	363.905	648.000	395.359
PASSIVO	582.017	703.772	1.214.215
Passivo circulante	235.700	153.371	189.250
Passivo não circulante	49.852	503.096	15.860
Patrimônio líquido	296.465	47.305	1.009.105
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	1.228.211	175.343	1.406.826
Custos e despesas operacionais	(1.200.175)	(90.474)	(1.029.227)
Resultado financeiro	1.026	(74.968)	41.737
Tributos	(10.623)	(3.855)	(140.970)
Lucro líquido do período	18.439	6.046	278.366
Resultado abrangente total	18.439	6.046	278.366
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.062	46.810	284.304
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(62.636)	(932)	(27.339)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(1.296)	(42.412)	(252.670)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(62.870)	3.466	4.295
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	99.424	28.732	2.962
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	36.554	32.198	7.257
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(62.870)	3.466	4.295

17.3 Empreendimentos controlados em conjunto

30.09.2015	Sede	Atividade principal	Patrimônio Líquido + Afac	Participação %			Valor contábil da participação
				Copel	Copel PAR	Copel GeT	
Dominó Holdings S.A.	Curitiba/PR	Participação em sociedade de saneamento básico	487.185	-	49,00	-	238.721
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	62.293	-	-	51,00	31.769
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	95.124	-	-	80,00	76.099
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	376.881	-	-	20,00	75.376
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	106.308	-	-	49,00	52.091
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	215.253	-	-	49,00	105.474
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	1.253.452	-	-	49,00	614.191
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	489.274	-	-	49,00	239.744
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	404.197	-	-	24,50	99.028
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	59.176	-	-	50,10	29.647
Cantareira Transmissora de Energia S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	79.598	-	-	49,00	39.003
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.	São Paulo/SP	Participação em sociedades	114.512	49,00	-	-	56.111
Paraná Gás Exploração e Produção S.A. (a) (17.3.1)	Curitiba/PR	Extração de gás natural	381	30,00	-	-	114

(a) Fase pré-operacional.

17.3.1 Paraná Gás Exploração e Produção S.A.

Em fevereiro de 2015, foi efetuado depósito em conta do Banco do Brasil para realização de registro na junta comercial no valor de R\$ 114 referente a parte do capital social subscrito da empresa Paraná Gás Exploração e Produção S.A. na qual a Copel tem participação de 30%.

17.3.2 Principais grupos de ativo, passivo e resultado dos empreendimentos controlados em conjunto

	Dominó (a)	Costa Oeste	Marumbi	Transmissora Sul Brasileira	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Canta-reira	Voltaia
30.09.2015												
ATIVO	495.890	101.670	158.433	742.993	237.080	468.884	2.061.673	962.072	825.407	534.996	89.233	123.910
Ativo circulante	19.024	6.021	8.089	49.625	24.065	33.076	22.465	19.031	21.406	385.643	9.464	754
Caixa e equivalentes de caixa	3.027	3.837	6.418	23.571	3.033	160	3.954	15.786	17.211	384.815	7.927	51
Outros ativos circulantes	15.997	2.184	1.671	26.054	21.032	32.916	18.511	3.245	4.195	828	1.537	703
Ativo não circulante	476.866	95.649	150.344	693.368	213.015	435.808	2.039.208	943.041	804.001	149.353	79.769	123.156
PASSIVO	495.890	101.670	158.433	742.993	237.080	468.884	2.061.673	962.072	825.407	534.996	89.233	123.910
Passivo circulante	8.705	5.429	9.884	43.487	27.620	72.574	85.869	428.928	395.021	472.835	1.304	299
Passivos financeiros	-	3.077	5.129	20.943	7.304	13.049	47.533	414.845	393.074	471.726	-	-
Outros passivos circulantes	8.705	2.352	4.755	22.544	20.316	59.525	38.336	14.083	1.947	1.109	1.304	299
Passivo não circulante	-	33.948	53.425	322.625	103.152	185.857	992.103	200.702	26.189	2.985	55.987	9.099
Passivos financeiros	-	30.628	48.621	317.309	78.454	129.424	622.592	-	-	-	-	-
Afac	-	-	-	-	-	4.800	269.751	156.832	-	-	47.656	-
Outros passivos não circulantes	-	3.320	4.804	5.316	24.698	51.633	99.760	43.870	26.189	2.985	8.331	9.099
Patrimônio líquido	487.185	62.293	95.124	376.881	106.308	210.453	983.701	332.442	404.197	59.176	31.942	114.512
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO												
Receita operacional líquida	-	14.120	35.056	61.471	29.427	99.983	568.316	230.444	445.005	87.802	42.704	-
Custos e despesas operacionais	(711)	(2.337)	(19.139)	(29.089)	(1.212)	(53.408)	(444.998)	(173.715)	(390.301)	(82.632)	(40.669)	(38)
Resultado financeiro	(10.508)	(1.444)	(1.729)	(22.718)	(4.240)	(7.440)	(772)	(1.848)	99	(709)	321	-
Equivalência patrimonial	46.368	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.101)
Provisão para IR e CSLL	(6)	(807)	(1.512)	(2.562)	(9.017)	(14.385)	(43.460)	(20.358)	(19.413)	(2.984)	(1.585)	-
Lucro (prejuízo) do período	35.143	9.532	12.676	7.102	14.958	24.750	79.086	34.523	35.390	1.477	771	(8.139)
Outros resultados abrangentes	13.429	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	48.572	9.532	12.676	7.102	14.958	24.750	79.086	34.523	35.390	1.477	771	(8.139)

(a) Práticas ajustadas às da Copel.

17.4 Coligadas

	Sede	Atividade principal	Patrimônio Líquido + Afac	Participação Copel %	Valor contábil da participação
30.09.2015					
Cia. de Saneamento do Paraná - Sanepar	Curitiba/PR	Saneamento básico	3.918.970	7,6252	298.829
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Energia elétrica	199.566	23,0303	45.961
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Energia elétrica	40.349	35,77	14.433
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	3.139	49,00	1.538
Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda. (a)	Curitiba/PR	Energia elétrica	402	30,00	121
Copel Amec S/C Ltda.- em liquidação	Curitiba/PR	Serviços	413	48,00	198
Escoelectric Ltda.	Curitiba/PR	Serviços	602	40,00	241
Sercomtel S.A. Telecomunicações (b)	Londrina/PR	Telecomunicações	-	45,00	-

(a) Fase pré-operacional.

(b) Investimento reduzido a zero desde 2013 por conta dos testes de recuperação de ativos.

17.4.1 Principais grupos de ativo, passivo e resultado das principais coligadas

30.09.2015	Sanepar (a)	Dona Francisca (a)	Foz do Chopim
ATIVO	8.072.290	217.425	45.821
Ativo circulante	776.979	42.574	7.607
Ativo não circulante	7.295.311	174.851	38.214
PASSIVO	8.072.290	217.425	45.821
Passivo circulante	830.174	16.735	1.602
Passivo não circulante	3.323.146	1.124	3.870
Patrimônio líquido	3.918.970	199.566	40.349
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	2.134.203	51.838	35.761
Custos e despesas operacionais	(1.617.379)	(21.090)	(13.376)
Resultado financeiro	(113.540)	3.994	137
Provisão para IR e CSLL	(99.897)	(9.818)	(1.173)
Lucro líquido do período	303.387	24.924	21.349
Outros resultados abrangentes	110.412	-	-
Resultado abrangente total	413.799	24.924	21.349

(a) Práticas ajustadas às da Copel.

18 Imobilizado

18.1 Imobilizado por classe de ativos

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	30.09.2015	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2014
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.620.521	(4.751.788)	2.868.733	7.619.405	(4.642.025)	2.977.380
Máquinas e equipamentos	5.689.071	(2.748.105)	2.940.966	5.256.847	(2.720.761)	2.536.086
Edificações	1.651.859	(1.059.354)	592.505	1.520.232	(1.029.827)	490.405
Terrenos	277.620	(7.258)	270.362	277.620	(5.214)	272.406
Veículos	48.513	(35.869)	12.644	44.388	(33.183)	11.205
Aeronaves	17.067	(8.330)	8.737	17.067	(5.770)	11.297
Móveis e utensílios	16.713	(10.415)	6.298	16.774	(9.935)	6.839
(-) Reclassificação pela renovação das concessões (NE nº 11)	(1.440.015)	1.382.920	(57.095)	-	-	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (a)	(46.571)	-	(46.571)	(46.571)	-	(46.571)
(-) Obrigações especiais	(13)	-	(13)	(14)	-	(14)
	13.834.765	(7.238.199)	6.596.566	14.705.748	(8.446.715)	6.259.033
Em curso						
Custo	2.863.773	-	2.863.773	2.805.865	-	2.805.865
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (a)	(760.710)	-	(760.710)	(760.710)	-	(760.710)
	2.103.063	-	2.103.063	2.045.155	-	2.045.155
	15.937.828	(7.238.199)	8.699.629	16.750.903	(8.446.715)	8.304.188

(a) Referem-se a ativos de concessão de geração de energia elétrica.

18.2 Mutações do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2015	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações/Transferências	Saldo em 30.09.2015
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	2.977.380	-	(109.791)	-	1.116	2.868.705
Máquinas e equipamentos	2.536.087	-	(146.612)	(16.629)	576.520	2.949.366
Edificações	490.403	-	(24.940)	(50)	118.865	584.278
Terrenos	272.407	-	(2.044)	-	-	270.363
Veículos	11.204	-	(2.757)	(78)	4.238	12.607
Aeronaves	11.297	-	(2.560)	-	1	8.738
Móveis e utensílios	6.839	-	(642)	(289)	280	6.188
(-) Reclassificação pela renovação das concessões	-	(58.654)	1.559	-	-	(57.095)
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(46.571)	-	-	-	-	(46.571)
(-) Obrigações especiais	(14)	-	1	-	-	(13)
	6.259.032	(58.654)	(287.786)	(17.046)	701.020	6.596.566
Em curso						
Custo	2.805.866	763.849	-	(568)	(705.374)	2.863.773
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(760.710)	-	-	-	-	(760.710)
	2.045.156	763.849	-	(568)	(705.374)	2.103.063
	8.304.188	705.195	(287.786)	(17.614)	(4.354)	8.699.629

18.3 UHE Colíder

Em 30.07.2010, por meio do Leilão de Energia Nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão S.A. conquistou a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, com prazo de 35 anos, a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região Norte do Estado do Mato Grosso.

O BNDES aprovou o enquadramento do projeto da UHE Colíder para análise da viabilidade de apoio financeiro e o contrato de financiamento, no montante total de R\$ 1.041.155. Em dezembro de 2013, foi liberado o montante de R\$ 840.106, conforme NE nº 22.

Devido a eventos de caso fortuito ou de força maior e atos do poder público, o empreendimento sofreu impactos no seu cronograma, de modo que o início da geração comercial da unidade 1 está previsto para 01.07.2016 e das unidades 2 e 3 para setembro e novembro de 2016, respectivamente. Em decorrência desses eventos, foi registrada uma provisão para perda por redução ao valor recuperável para o ativo em dezembro de 2014, no montante de R\$ 678.529, conforme NE no 18.11 das demonstrações financeiras de exercício findo em 31.12.2014.

A energia da UHE Colíder foi comercializada em leilão da Aneel, à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 145,25 em 30.09.2015. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015, por 30 anos. A Copel Geração e Transmissão protocolou junto à Aneel um pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia vendida seja postergado. O pedido encontra-se em análise pela Aneel.

A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

Os gastos realizados neste empreendimento apresentavam, em 30.09.2015, o saldo de R\$ 1.889.436.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes à UHE Colíder, montam em R\$ 160.897, em 30.09.2015.

18.4 Consórcio Tapajós

A Copel Geração e Transmissão assinou Acordo de Cooperação Técnica com outras oito empresas para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamanxim, na Região Norte do Brasil, compreendendo estudos de viabilidade e ambientais de cinco aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 10.682 MW de capacidade instalada prevista no início dessa etapa de estudos.

Em 30.09.2015, os gastos realizados nesse empreendimento apresentavam o saldo de R\$ 14.359.

18.5 Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - Cebi

A Copel Geração e Transmissão participa com 30% no consórcio com objetivo de construir e explorar o empreendimento denominado Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, com potência instalada mínima de 350,20 MW, localizado no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capanema e de Capitão Leônidas Marques, e entre a UHE Governador José Richa e o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná.

O início da geração comercial da unidade 1, previsto para 31.12.2017, e das unidades 2 e 3, para janeiro e fevereiro de 2018, respectivamente, sofreram alterações em função da suspensão da Licença de Instalação, conforme a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-RS), ocorrida em 16.06.2014, e que paralisou as obras a partir de seu recebimento em 07.07.2014. Em março de 2015, foi publicada decisão autorizando a retomada das obras. No entanto, o ICMBio impôs condicionantes adicionais ao Licenciamento Ambiental que impedem a retomada imediata da obra. O Cebi encaminhou ao IAP – Instituto Ambiental do Paraná as informações necessárias para o atendimento de tais condicionantes e em agosto de 2015 a licença foi emitida. Com a licença do IAP, o consórcio está tomando providências para que as obras sejam retomadas o mais breve possível.

Em 30.09.2015, os gastos realizados nesse empreendimento apresentavam o saldo de R\$ 246.622.

18.6 Compromissos das usinas eólicas

Em 30.09.2015, os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços das usinas eólicas montavam em R\$ 252.320.

19 Intangível

19.1 Muta  o do intang  vel

Saldos	em serviço	em curso	Contrato de concessão		Direito de concessão e autoriza��o	Outros		Consolidado
			Obriga��es especiais em serviço	em curso		em serviço	em curso	
Em 1�.01.2015	497.289	1.435.463	(24.337)	(199.650)	423.722	24.753	16.916	2.174.156
Aquisi��es	-	728.301	-	-	-	-	7.622	735.923
Participa��o financeira do consumidor	-	-	-	(184.239)	-	-	-	(184.239)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	896	-	-	-	-	-	896
Transferências para contas a receber vinculadas � concessão - renova��o da concessão de distribui��o	527.834	(1.110.999)	(168.180)	230.504	-	-	-	(520.841)
Transferências do imobilizado	-	-	-	-	-	-	2.587	2.587
Capitaliza��es para contas a receber vinculadas � concessão (NE n� 10.1)	-	(576.439)	-	95.689	-	-	-	(480.750)
Capitaliza��es para intangível em serviço	336.159	(336.159)	(57.696)	57.696	-	4.901	(4.901)	-
Quotas de amortiza��o - concessão e autoriza��o	(257.692)	-	51.491	-	(4.269)	(6.749)	-	(217.219)
Quotas de amortiza��o - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(10.921)	-	2.028	-	-	14	-	(8.879)
Baixas	471	(17.824)	(287)	-	-	(3)	(64)	(17.707)
Em 30.09.2015	1.093.140	123.239	(196.981)	-	419.453	22.916	22.160	1.483.927

20 Obriga  es Sociais e Trabalhistas

Consolidado	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Obriga��es Sociais				
Impostos e contribui��es sociais	1.914	2.680	27.642	35.975
Encargos sociais sobre férias e 13� salário	2.799	2.006	41.311	32.306
	4.713	4.686	68.953	68.281
Obriga��es trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida	-	23	1.248	1.252
Férias e 13� salário	8.463	5.441	127.776	89.830
Participa��o nos lucros e/ou resultados	1.168	2.643	29.858	93.153
Outros	-	-	9	102
	9.631	8.107	158.891	184.337
	14.344	12.793	227.844	252.618

21 Fornecedores

Consolidado	30.09.2015	31.12.2014
Energia elétrica (21.1)	1.018.301	757.174
Materiais e serviços	522.647	509.674
Gás para revenda	174.054	252.103
Encargos de uso da rede elétrica	111.016	85.879
	1.826.018	1.604.830
	Circulante	1.811.769
	Não circulante	14.249
		1.587.205
		17.625

21.1 Energia elétrica - CCEE

A Copel Geração e Transmissão é parte autora na decisão liminar proferida em 1º.07.2015 pelo Juízo da Vigésima Vara Federal de Brasília, em ação proposta pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - Apine, na qual foi determinado que a Aneel, até o trânsito em julgado desta ação, deve se abster de proceder ao ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física, para o grupo de empresas associado à Apine. Esta decisão é de primeira instância, cabendo recurso tanto da Aneel quanto do Governo Federal. Considerando a avaliação jurídica como êxito possível do mérito da ação, foram reconhecidos no resultado o valor de R\$ 125.258 no custo de energia e o valor recebido na liquidação da CCEE de agosto como passivo o montante de R\$ 57.046. Em 30.09.2015 o passivo com a CCEE aplicando-se o Fator de Ajuste de Energia - GSF é de R\$ 182.304.

21.2 Principais contratos de compra de energia

Contratos de compra de energia firmados em ambiente regulado, apresentados pelo valor original e reajustados anualmente pelo IPCA:

	Período de suprimento	Energia comprada (MW médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)
Leilão de energia existente				
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	52,05	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	45,01	11.10.2005	94,91
12º Leilão - Produto 2014 18M	01/01/2014 até 30/06/2015	9,67	17.12.2013	165,20
12º Leilão - Produto 2014 36M	01/01/2014 até 31/12/2016	162,86	17.12.2013	149,99
13º Leilão - Produto 2014-DIS	01/05/2014 até 31/12/2019	109,05	30.04.2014	262,00
13º Leilão - Produto 2014-QTD	01/05/2014 até 31/12/2019	278,97	30.04.2014	271,00
14º Leilão - Produto 2015-03 DIS	01/01/2015 até 31/12/2017	13,28	05.12.2014	191,99
14º Leilão - Produto 2015-03 QTD	01/01/2015 até 31/12/2017	17,32	05.12.2014	201,00
18º Leilão Ajuste - Produto 2015 06M	01/01/2015 até 30/06/2015	148,76	15.01.2015	385,87
		836,97		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	24,75	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,54	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	40,44	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	69,87	16.12.2005	115,04
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	65,01	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	15,44	26.07.2007	134,67
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	53,24	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	115,38	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	9,89	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	-	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	110,96	30.09.2008	145,23
8º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	0,01	27.08.2009	144,00
8º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	0,15	27.08.2009	144,60
		624,17		
Leilão de projetos estruturantes				
Santo Antonio	2012 a 2041	126,38	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	247,00	19.05.2008	71,37
		373,38		

22 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
							30.09.2015	31.12.2014
Moeda estrangeira								
STN								
(1) <i>Par Bond</i>	Copel	20.05.1998	1	11.04.2024	6,0% + 0,20%	17.315	63.280	42.107
(1) <i>Discount Bond</i>	Copel	20.05.1998	1	11.04.2024	1,1875%+0,20%	12.082	43.211	29.090
Total moeda estrangeira							106.491	71.197
Moeda nacional								
Banco do Brasil								
(2) 21/02155-4	Copel DIS	10.09.2010	3	15.08.2015	98,5% do DI	350.000	118.112	173.240
(3) 21/02248-8	Copel DIS	22.06.2011	1	16.05.2018	109,0% do DI	150.000	156.343	205.642
(4) CCB 21/11062X	Copel DIS	26.08.2013	3	27.07.2018	106,0% do DI	151.000	189.726	171.209
(5) CCB 330600773	Copel DIS	11.07.2014	3	11.07.2019	111,8% do DI	116.667	118.771	121.175
(5) NCI 330600132	Copel	28.02.2007	3	28.02.2019	107,8% do DI	231.000	232.469	239.075
(5) NCI 330600151	Copel	31.07.2007	3	31.07.2017	111,0% do DI	18.000	12.254	18.878
(5) NCI 330600609	Copel	19.08.2011	2	21.07.2016	109,41% do DI	600.000	-	629.266
(5) CCB 306.401.381	Copel	21.07.2015	2	21.07.2018	109,40% do DI	640.005	647.492	-
							1.475.167	1.558.485
Eletrobras								
(6) 1293/94	Copel GeT	23.09.1994	180	30.06.2016	5,5% à 6,5% + 2,0%	307.713	25.143	50.237
(7) 980/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.11.2018	8,0%	11	9	11
(7) 981/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.08.2019	8,0%	1.169	262	311
(7) 982/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.02.2020	8,0%	1.283	101	119
(7) 983/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	11	135	154
(7) 984/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	14	58	72
(7) 985/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.08.2021	8,0%	61	37	99
(8) 002/04	Copel DIS	07.06.2004	120	30.07.2016	8,0%	30.240	918	1.737
(8) 142/06	Copel DIS	11.05.2006	120	30.09.2018	5,0% + 1,0%	74.340	10.918	13.588
(8) 206/07	Copel DIS	03.03.2008	120	30.08.2020	5,0% + 1,0%	109.642	43.780	50.455
(8) 273/09	Copel DIS	18.02.2010	120	30.12.2022	5,0% + 1,0%	63.944	11.921	13.154
(8) 2540/06	Copel DIS	12.05.2009	60	30.10.2016	5,0% + 1,5%	5.095	487	824
(8) 415.855-22/14	Copel DIS	31.03.2015	120	08.12.2026	6,0%	2.844	5.230	-
							98.999	130.761
Finep								
(9) 21120105-00	Copel Tel	17.05.2012	81	15.10.2020	4%	35.095	15.815	18.344
(9) 21120105-00	Copel Tel	17.05.2012	81	15.10.2020	3,5% + TR	17.103	13.065	14.824
							28.880	33.168
BNDES								
(10) 820989.1	Copel GeT	17.03.2009	179	15.01.2028	1,63% acima da TJLP	169.500	140.842	149.196
(11) 1120952.1-A	Copel GeT	16.12.2011	168	15.04.2026	1,82% acima da TJLP	42.433	32.223	34.451
(12) 1120952.1-B	Copel GeT	16.12.2011	168	15.04.2026	1,42% acima da TJLP	2.290	1.739	1.859
(13) 1220768.1	Copel GeT	28.09.2012	192	15.07.2029	1,36% acima da TJLP	73.122	64.309	67.700
(14) 13211061	Copel GeT	04.12.2013	192	15.10.2031	1,49% acima da TJLP	1.041.155	897.781	850.782
(15) 13210331	Copel GeT	03.12.2013	168	15.08.2028	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	16.342	17.273
(16) 14205611-A	Copel DIS	15.12.2014	72	15.01.2021	2,09% a.a. acima da TJLP	41.583	35.854	30.008
(16) 14205611-B	Copel DIS	15.12.2014	6	15.02.2021	2,09 a.a. acima da TR BNDES	17.821	20.400	17.874
(17) 14205611-C	Copel DIS	15.12.2014	113	15.06.2024	6% a.a.	78.921	48.601	52.170
(18) 11211521	GE Farol	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	54.100	55.891	58.635
(18) 11211531	GE Boa Vista	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	40.050	41.320	43.349
(18) 11211541	GE S.B. Norte	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	90.900	93.710	98.311
(18) 11211551	GE Olho D'Água	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	97.000	99.661	104.533
							1.548.673	1.526.141
Banco do Brasil								
Repasse BNDES								
(19) 21/02000-0	Copel GeT	16.04.2009	179	15.03.2013	2,13% acima da TJLP	169.500	140.840	149.198
							140.840	149.198
Total moeda nacional							3.292.559	3.397.753
							3.399.050	3.468.950
							Circulante	274.064
							Não circulante	3.124.986
								867.626
								2.601.324

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Controladora		
						30.09.2015	31.12.2014	
Moeda estrangeira								
STN								
(1) <i>Par Bond</i>	20.05.1998	1	11.04.2024	6,0% + 0,20%	17.315	63.280	42.107	
(1) <i>Discount Bond</i>	20.05.1998	1	11.04.2024	1,1875%+0,20%	12.082	43.211	29.090	
						106.491	71.197	
Moeda nacional								
Banco do Brasil								
(5) NCI 330600132	28.02.2007	3	28.02.2019	107,8% do DI	231.000	232.469	239.075	
(5) NCI 330600151	31.07.2007	3	31.07.2017	111,0% do DI	18.000	12.254	18.878	
(5) NCI 330600609	19.08.2011	2	21.07.2016	109,41% do DI	600.000	-	629.266	
(5) CCB 306401381	21.07.2015	2	21.07.2018	109,40% do DI	640.005	647.492	-	
						892.215	887.219	
						998.706	958.416	
						Circulante	29.695	349.753
						Não circulante	969.011	608.666

Banco do Brasil: prestações anuais

- (3) Parcelas de R\$ 58.334 vencíveis em 15.02.2017 e 15.02.2018. Os juros proporcionais são pagos semestralmente.
- (3) Parcelas de R\$ 75.000 vencíveis em 16.05.2017 e 16.05.2018. Os juros proporcionais são pagos semestralmente.
- (4) Parcelas de R\$ 50.333 vencíveis em 27.07.2016, 27.07.2017 e 27.07.2018. Os juros proporcionais serão pagos juntamente com o principal.
- (5) Contrato CCB 330600773: parcelas de R\$ 38.889 vencíveis em 11.07.2017, 11.07.2018 e 11.07.2019. Os juros são pagos semestralmente.
- Contrato NCI 330600132: parcelas de R\$ 77.000 vencíveis em 28.02.2017, 28.02.2018 e 28.02.2019. Os juros são pagos semestralmente.
- Contrato NCI 330600151: parcelas de R\$ 6.000 vencíveis em 31.07.2015, 31.07.2016 e 31.07.2017. Os juros são pagos semestralmente.
- Contrato NCI 330600609: liquidado em 21.07.2015 com recursos da contratação da operação CCB 306401381.
- Contrato CCB 306401381: parcelas de R\$ 320.003 vencíveis em 21.07.2017 e 21.07.2018. Os juros são pagos semestralmente.

Destinação:

- (1) Reestruturação da dívida da Controladora referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62.
- (2) (3) (4) Capital de giro.
- (5) Quitação de empréstimos.
- (6) Cobertura financeira de até 29,14% do total do projeto de Implantação da UHE Governador José Richa e do sistema de transmissão.
- (7) Programa Nacional de Irrigação - Proni.
- (8) Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.
- (9) Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (Ultra Wide Band - UWB).
- (10) (19) Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado, em consórcio com a Eletrosul
- (11) Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.
- (12) Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais para a implantação da linha de transmissão descrita acima.
- (13) Implantação da PCH Cavernoso II.
- (14) Implantação da UHE Colíder e sistema de transmissão associado.
- (15) Implantação da Subestação Cerquilho III em 230/138kV.
- (16) Investimento em preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão.
- (17) Máquinas e equipamentos nacionais credenciados no BNDES.
- (18) Construção e implantação de central geradora eólica.

Garantias:

- (1) Conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das receitas. Garantias depositadas (NE nº 6.1) Par Bond, no valor de R\$ 49.406 (R\$ 33.525 em 31.12.2014), e Discount Bond, no valor de R\$ 34.618 (R\$ 23.431 em 31.12.2014).
- (2) (3) Penhor de duplicatas mercantis de até 360 dias.
- (2) (3) (4) (5) Cessão de créditos.
- (6) (7) (8) Receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil em igual número das parcelas a vencer.
- (9) Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação.
- (10) (13) (19) Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças.
- (11) (12) Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 027/2009-Aneel, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 09/2010-ONS e dos contratos de uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias e as Usuárias do Sistema de Transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão.
- (14) Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 01/2011MME-UHE Colider e cessão fiduciária em decorrência do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) celebrado entre Copel e Sadia S.A..
- (15) Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 015/2010, celebrado entre Copel e União Federal.
- (16) (17) Fiança da Companhia Paranaense de Energia; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.
- (18) Penhor de ações de emissão das controladas pertencentes à São Bento Energia; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos originados deste contrato.

22.1 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Variação da moeda estrangeira e indexadores acumulada no período (%)		Consolidado			
		30.09.2015	%	31.12.2014	%
Moeda estrangeira					
Dólar norte-americano	49,57	106.491	3,13	71.197	2,05
		106.491	3,13	71.197	2,05
Moeda nacional					
TJLP	30,00	1.620.512	47,68	1.605.429	46,28
Ufir	0,00	73.856	2,17	80.524	2,32
Finel	1,24	25.143	0,74	50.236	1,45
CDI	22,13	1.475.166	43,40	1.558.486	44,93
TR	1,25	13.065	0,38	14.824	0,43
IPCA	7,64	20.400	0,60	17.821	0,51
Sem indexador	-	64.417	1,90	70.433	2,03
		3.292.559	96,87	3.397.753	97,95
		3.399.050	100,00	3.468.950	100,00
Circulante		274.064		867.626	
Não circulante		3.124.986		2.601.324	

22.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.09.2015	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2016	-	2.995	2.995	-	56.875	56.875
2017	-	393.997	393.997	-	774.869	774.869
2018	-	391.002	391.002	-	771.035	771.035
2019	-	76.525	76.525	-	251.708	251.708
2020	-	-	-	-	133.074	133.074
Após 2021	104.492	-	104.492	104.492	1.032.933	1.137.425
	104.492	864.519	969.011	104.492	3.020.494	3.124.986

22.3 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Moeda estrangeira			Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante		circulante	não circulante	
Em 1º.01.2015	596	70.601	867.030	2.530.723		3.468.950
Ingressos	-	-	450.000	699.956		1.149.956
Encargos	3.144	-	241.686	24.151		268.981
Variação monetária e cambial	-	33.891	437	3.023		37.351
Transferências	-	-	237.359	(237.359)		-
Amortização - principal	-	-	(1.143.591)	-		(1.143.591)
Pagamento - encargos	(1.741)	-	(380.856)	-		(382.597)
Em 30.09.2015	1.999	104.492	272.065	3.020.494		3.399.050

22.4 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tal como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 30.09.2015, todas as condições foram plenamente atendidas.

23 Debêntures

Emissão	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	Consolidado	
				inicial	final			30.09.2015	31.12.2014
(1) 5ª	Copel	13.05.2014	3	13.05.2017	13.05.2019	111,5% do DI	1.000.000	1.053.734	1.010.485
(2) 1ª	Copel GeT	20.05.2015	3	20.05.2018	20.05.2020	113,0% do DI	1.000.000	1.050.207	-
(3) 1ª	Copel DIS	30.10.2012	2	30.10.2016	30.10.2017	DI + Spread 0,99% a.a.	1.000.000	1.059.255	1.019.037
(4) 2ª	Elejor	26.09.2013	60	26.10.2013	26.09.2018	DI + Spread 1,00% a.a.	203.000	121.587	152.040
(5) 1ª	Compagás	15.06.2013	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7% a.a.+1,0% a.a.	62.626	60.744	53.554
(6) 1ª	(a)	10.06.2014	1	-	10.12.2016	100% CDI + Spread 1,45% a.a.	222.000	232.298	235.747
(7) 1ª	(b)	10.06.2014	1	-	10.12.2015	100% CDI + Spread 1,30% a.a.	108.000	112.956	114.585
								3.690.781	2.585.448
								Circulante	355.457
								Não circulante	3.335.324
									2.153.957

(a) Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV e Ventos de Santo Uriel.

(b) Santa Maria e Santa Helena.

Características:

O valor unitário das debêntures não é atualizado monetariamente.

(1) (2) (3) (4) (6) (7) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 10.

(5) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie fluante, emissão privada. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1.

Encargos financeiros:

- (1) Juros pagos semestralmente em maio e novembro.
- (2) Juros a serem pagos anualmente em maio.
- (3) Juros pagos semestralmente em abril e outubro.
- (4) Juros pagos mensalmente.
- (5) Juros pagos trimestralmente em março, junho, setembro e dezembro.
- (6) Juros pagos semestralmente em junho e dezembro.
- (7) Juros a serem pagos em uma única parcela na data de vencimento.

Destinação:

- (1) (2) (3) Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.
- (4) Liquidação total do contrato de mútuo com a Copel.
- (5) Financiar plano de investimentos da emissora.
- (6) (7) Resgate de notas promissórias e investimento nos parques eólicos.

Garantias:

- (1) (2) (3) (4) (6) (7) Fidejussória.
- (5) Fluante.

Interveniente garantidora:

- (2) (3) (6) (7) Copel.
- (4) Copel, na proporção de 70% e Paineira Participações S.A., na proporção de 30%.
- (5) Compagás.

Agente fiduciário:

- (1) (2) (3) (4) (6) (7) Pentágono S.A. DTVM.
- (5) BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.

23.1 Mutação das debêntures

	Consolidado		
	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2015	431.491	2.153.957	2.585.448
Ingressos	-	1.008.633	1.008.633
Encargos	317.300	125	317.425
Transferências	(172.609)	172.609	-
Amortização - principal	(32.008)	-	(32.008)
Pagamento - encargos	(188.717)	-	(188.717)
Em 30.09.2015	355.457	3.335.324	3.690.781

23.2 Cláusulas contratuais restritivas

A Copel e suas controladas emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures.

Em 30.09.2015, todas as condições foram plenamente atendidas.

24 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

24.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) a partir de 1º.01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

24.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

24.3 Balanço patrimonial e resultado do período

Os valores consolidados reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Plano previdenciário	3	-	616	1.030
Plano assistencial	9.432	8.196	977.064	897.588
	9.435	8.196	977.680	898.618
Circulante	3	-	36.814	37.404
Não circulante	9.432	8.196	940.866	861.214

Os valores consolidados reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
Plano previdenciário (CD)	2.984	4.083	40.613	35.802
Plano previdenciário (CD) - administradores	357	375	720	843
Plano assistencial - pós-emprego	1.174	1.735	106.758	76.626
Plano assistencial - funcionários ativos	1.525	2.192	40.413	30.997
Plano assistencial - administradores	59	60	105	105
	6.099	8.445	188.609	144.373

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2015	1º.07.2014	1º.07.2015	1º.07.2014
	a 30.09.2015	a 30.09.2014	a 30.09.2015	a 30.09.2014
Plano previdenciário (CD)	1.031	1.246	13.620	11.552
Plano previdenciário (CD) - administradores	130	126	250	281
Plano assistencial - pós-emprego	402	578	35.574	25.562
Plano assistencial - funcionários ativos	528	644	13.230	10.322
Plano assistencial - administradores	20	21	37	37
	2.111	2.615	62.711	47.754

24.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Consolidado	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2015	37.404	861.214	898.618
Apropriação do cálculo atuarial	-	106.758	106.758
Contribuições previdenciárias e assistenciais	95.299	-	95.299
Transferências	27.106	(27.106)	-
Amortizações	(122.995)	-	(122.995)
Em 30.09.2015	36.814	940.866	977.680

24.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC 33 (R1), optam pela elaboração do laudo atuarial anualmente.

As informações elaboradas em conformidade com o Relatório de Avaliação Atuarial estão contidas na NE nº 24 das demonstrações financeiras de 31.12.2014.

25 Encargos do Consumidor a Recolher

Consolidado	30.09.2015	31.12.2014
Conta de desenvolvimento energético - CDE (a)	211.044	11.709
Bandeira tarifária	148.718	-
Reserva global de reversão - RGR	35.168	11.524
	394.930	23.233

(a) Nota técnica Aneel nº 53/2015 e Resoluções Aneel nºs 1.856/2015 e 1.857/2015.

26 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

26.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.09.2015	Saldo em 31.12.2014
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT (a)	-	4.873	-	4.873	5.742
MME	-	2.436	-	2.436	2.872
P&D	46.756	-	195.422	242.178	211.984
	46.756	7.309	195.422	249.487	220.598
Programa de eficiência energética - PEE					
	46.835	-	101.813	148.648	115.166
	93.591	7.309	297.235	398.135	335.764
				Circulante	158.050
				Não circulante	175.972
					240.085
					159.792

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

26.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

Consolidado	FNDCT	MME	P&D		PEE		Total
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 1º.01.2015	5.742	2.872	81.127	130.857	86.231	28.935	335.764
Constituições	25.590	12.796	701	24.890	-	29.307	93.284
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	1.617	1.617
Juros Selic	-	-	168	16.353	-	8.126	24.647
Recolhimentos	(26.459)	(13.232)	-	-	-	-	(39.691)
Conclusões	-	-	(11.918)	-	(5.568)	-	(17.486)
Em 30.09.2015	4.873	2.436	70.078	172.100	80.663	67.985	398.135

27 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Consolidado	Empresa	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção Anual	30.09.2015	31.12.2014
(1) UHE Mauá	Copel GeT	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	5,65% a.a.	IPCA	15.140	14.200
(2) UHE Colider	Copel GeT	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	IPCA	21.037	19.621
(3) UHE Baixo Iguaçu	Copel GeT	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	IPCA	6.119	5.363
(4) PCH Cavernoso	Copel GeT	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	7,74% a.a.	IPCA	103	117
(5) PCH Apucarantina	Copel GeT	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	7,74% a.a.	IPCA	718	819
(6) PCH Chopim I	Copel GeT	11.07.2013	11.07.2013	07.2015	7,74% a.a.	IPCA	-	33
(7) PCH Chaminé	Copel GeT	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	7,74% a.a.	IPCA	1.241	1.417
(8) PCH Derivação Rio Jordão	Copel GeT	11.07.2013	24.02.2014	02.2019	7,74% a.a.	IPCA	733	806
(9) UHEs Fundão e Santa Clara	Elejor	23.10.2001	25.10.2001	10.2036	11,00% a.a.	IGPM	473.444	449.351
							518.535	491.727
							Circulante	55.196
							Não circulante	463.339
								54.955
								436.772

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União:

- (1) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de R\$ 1.262), conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/07.
- (2) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, a partir da entrada em operação comercial da UHE, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/11.
- (3) (4) (5) (6) (7) (8) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto, conforme cláusula 5ª do Contrato de Concessão nº 007/2013, pelo prazo de 5 anos.
- (9) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, do 6º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, conforme Termo de Ratificação do Lance e cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01.

27.1 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Consolidado	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2015	54.955	436.772	491.727
Outorga Aneel - uso do bem público	-	896	896
Transferências	41.440	(41.440)	-
Pagamentos	(41.199)	-	(41.199)
Ajuste a valor presente	-	(1.637)	(1.637)
Variação monetária	-	68.748	68.748
Em 30.09.2015	55.196	463.339	518.535

28 Outras Contas a Pagar

Consolidado	30.09.2015	31.12.2014
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	26.643	22.259
Cauções em garantia	19.250	17.721
Consumidores	18.877	15.954
Devolução ao consumidor	13.863	27.817
Aquisição de investimentos	9.571	18.228
Taxa de iluminação pública arrecadada	5.657	21.267
Outras obrigações	61.402	35.048
	155.263	158.294
	Circulante	143.158
	Não circulante	12.105
		157.988
		306

29 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos. Com base na avaliação de seus assessores legais, as ações cujas perdas são consideradas prováveis, foram constituídas provisões, e para as ações cujas as perdas são consideradas como possíveis não há provisão constituída.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

29.1 Provisões para litígios

29.1.1 Mutação das provisões das ações consideradas como de perda provável

Consolidado	Saldo em 1º.01.2015	Adições	Reversões	Custo de construção	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 30.09.2015
Fiscais							
Cofins (a)	254.386	-	(12.186)	-	-	-	242.200
Outras (b)	37.458	49.721	(1.930)	-	-	(155)	85.094
	291.844	49.721	(14.116)	-	-	(155)	327.294
Trabalhistas (c)	326.246	100.462	(13.856)	-	-	(19.257)	393.595
Benefícios a empregados (d)	114.543	26.973	(14.923)	-	-	(21.922)	104.671
Cíveis							
Fornecedores (e)	60.680	5.242	(8.110)	-	-	(57.812)	-
Cíveis e direito administrativo (f)	256.169	131.965	(10.110)	-	-	(41.520)	336.504
Servidões de passagem (g)	25.407	18.746	(102)	-	-	(260)	43.791
Desapropriações e patrimoniais (h)	402.219	41.458	(4.936)	5.088	2.002	(927)	444.904
Consumidores (i)	10.602	5.613	(366)	-	-	-	15.849
	755.077	203.024	(23.624)	5.088	2.002	(100.519)	841.048
Ambientais (j)	479	84	-	-	-	-	563
Regulatórias (k)	58.443	1.412	(7.374)	-	-	(1.186)	51.295
	1.546.632	381.676	(73.893)	5.088	2.002	(143.039)	1.718.466

Controladora	Saldo em 1º.01.2015	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 30.09.2015
Fiscais					
Cofins (a)	254.386	-	(12.186)	-	242.200
Outras (b)	29.338	3.343	(487)	(152)	32.042
	283.724	3.343	(12.673)	(152)	274.242
Trabalhistas (c)	159	157	(287)	-	29
Cíveis (f)	672	26.296	(512)	-	26.456
Regulatórias (k)	12.764	-	-	-	12.764
	297.319	29.796	(13.472)	(152)	313.491

29.1.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

a) Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins

Autor: Receita Federal

Cobrança da Cofins dos períodos de agosto de 1995 a dezembro de 1996 e de outubro de 1998 a junho de 2001, como decorrência de desconstituição de sentença que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Situação atual: aguardando julgamento.

b) Outras provisões fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.

c) Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados da Copel e de suas controladas, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

d) Benefícios a empregados

Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Copel e de suas subsidiárias integrais contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

e) Fornecedores

Autores: Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Energética Rio Pedrinho S.A. e o Consórcio Salto Natal Energética S.A. promoveram em 2006, no valor conjunto de R\$ 54.895, execuções das sentenças proferidas em procedimentos arbitrais da Câmara FGV, que condenaram a Copel Distribuição S.A. ao pagamento de obrigações e encargos decorrentes de contratos de venda e compra de energia elétrica, acrescidos de correção monetária e juros de mora, celebrados à época da vigência do Programa de Geração Distribuída no Estado do Paraná - Progedis.

Em tramitação na 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, foram contingenciadas e classificadas como perdas prováveis, a saber que no curso do processo judicial ocorreram penhoras/depósitos nos valores de R\$ 22.822 (outubro de 2009), R\$ 11.832 (fevereiro de 2010) e R\$ 35.912 (junho de 2010), resgatados da conta judicial posteriormente pelos credores em outubro de 2010 e em janeiro de 2011, nos valores de R\$ 36.515 e R\$ 37.498, respectivamente, mediante carta de fiança bancária como garantia. Em 2011, requereram execução de saldos remanescentes a título de juros moratórios, nos valores de R\$ 12.790 e R\$ 9.371, sendo que, após penhorados e depositados, foram igualmente resgatados mediante caução bancária, em abril de 2012.

Situação atual: Em decisões judiciais publicadas em janeiro e abril de 2015, foram deferidos pedidos de liberação das cauções em favor dos fornecedores, a saber que na presente data não remanescem valores em discussão nas execuções em questão, sendo que a diferença de saldo residual de juros moratórios, no valor aproximado de R\$ 3.853, então reclamada pelo Consórcio Salto Natal, não foi reconhecida como devida pelo Tribunal de Justiça do Paraná, sem que tenha havido recurso pela parte exequente aos Tribunais Superiores. Permanece pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça recurso especial da Copel em ação anulatória das sentenças arbitrais ora em execução.

f) Cíveis e direito administrativo

Ações que envolvem faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos. As principais ações estão descritas a seguir:

Autor: Tradener Ltda.

Valor estimado: R\$ 126.916

Ações populares e civis públicas ajuizadas nas quais se aponta ilegalidades e nulidades relativas à celebração do contrato de comercialização de energia elétrica firmado entre a Tradener e a Companhia. A ação popular nº 588/2006 já transitou em julgado e a decisão reconheceu como válida as comissões devidas pela Companhia à Tradener. Na ação civil pública nº 0000219-78.2003.8.16.0004, ajuizada pelo Ministério Público, também há decisão no sentido da ausência de irregularidades no contrato de comercialização de energia. Diante disso, a Tradener ajuizou ações de cobrança, visando o recebimento de suas comissões. Além do valor provisionado de R\$ 126.916, o valor de R\$ 10.739, contabilizado na conta de Fornecedores, também compõe o total da dívida.

Situação atual: - autos nº 0005550-26.2012.8.16.0004 - em sentença proferida em 29.09.2014, a Companhia foi condenada ao pagamento das comissões devidas à Tradener, no valor de R\$ 17.765, em 30.09.2012, que, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, contados da data da citação (25.10.2012), bem como em honorários advocatícios fixados em 9% sobre o valor da condenação e em custas processuais, totaliza R\$ 51.655, em 30.09.2015. Dessa decisão, a Companhia interpôs recurso de apelação, o qual teve decisão desfavorável. A Copel interpôs Recurso Especial que ainda não foi julgado.

- autos nº 00059-90.22.2012.8.16.0004 - em sentença proferida em 27.01.2014 a Companhia foi condenada ao pagamento do valor de R\$ 86.000, que é o valor atualizado pelo INPC/IBGE a partir do vencimento das comissões devidas à Tradener no contrato de comercialização firmado com a Celesc, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação (31.10.2012), bem como em honorários advocatícios no valor de R\$ 55, que deve ser corrigido a partir da prolação da sentença, pelo INPC/IBGE, a partir de 27.01.2014. Dessa decisão, a Companhia interpôs apelação, a qual foi julgada (Acórdão publicado em 24.06.2015) e confirmou a sentença. A Copel está interpondo Recurso Especial no Superior Tribunal de Justiça.

Autor: Consórcio Carioca-Passarelli

Ação de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras. A Compagás e o Consórcio Carioca-Passarelli firmaram acordo judicial em 1º.09.2015, no qual a Compagás se comprometeu a pagar o valor total de R\$ 31.500, dos quais R\$ 20.000 foram pagos em 11.09.2015 e o valor restante será liquidado em 12 parcelas mensais, com vencimento final em 11.09.2016.

g) Servidões de passagem

As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, etc.).

Ocorrem, também na intervenção do usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou mesmo quando se trate de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidões.

h) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, etc.).

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros nas áreas de propriedade da Companhia. Decorrem também, da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas. A principal ação está descrita a seguir:

Autor: Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Valor estimado: R\$ 390.048

Ação de cobrança proposta pela autora com base em anterior ação declaratória cujo objetivo era o reconhecimento do direito de crédito da autora pelo desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a Copel Geração e Transmissão.

Situação atual: na data de 1º.10.2015, foi proferido o julgamento do 2º embargo de declaração da Copel no STJ (EDcl no EDcl no Recurso Especial Nº 1.096.906 - PR no STJ), sendo que a Segunda Turma de Ministros STJ, por maioria de votos (03 a 02 votos), acolheu os embargos de declaração da Copel, com efeitos modificativos. Entretanto, ainda não ocorreu a divulgação do inteiro teor do acórdão de julgamento. Já há execução provisória em andamento, porém, está suspensa por medida cautelar da Copel apresentada e acolhida no Tribunal de Justiça do Paraná em dezembro de 2014.

i) Consumidores

Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, indenizações por dano moral decorrente da prestação de serviço (suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado e pleiteando restituição de valores envolvidos.

j) Ambientais

Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel Geração e Transmissão.

k) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativas e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. A principal ação está descrita a seguir:

Autores: Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.

Valor estimado: R\$ 41.915

A Copel, a Copel Geração e Transmissão e a Copel Distribuição estão discutindo ações judiciais contra o Despacho Aneel nº 288/2002, envolvendo as empresas citadas.

Situação atual: aguardando julgamento.

29.2 Passivo contingente

29.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Fiscais (a)	1.177.414	1.177.495	1.384.249	1.356.224
Trabalhistas (b)	248	964	660.858	558.873
Benefícios a empregados (c)	-	-	84.518	107.118
Cíveis (d)	8.287	32.257	841.832	698.084
Regulatórias (e)	1.897	606	732.668	18.464
	1.187.846	1.211.322	3.704.125	2.738.763

29.2.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

a) Fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento. As principais ações estão descritas a seguir:

Autor: Receita Federal

Valor estimado: R\$ 747.529

Juros e multas lançados em processos decorrentes de ação rescisória da Cofins. Em virtude dos fortes argumentos para a defesa destes encargos, sua classificação está como possível. O principal deste débito, porém, está classificado como provável e é objeto de discussão na execução fiscal ajuizada pela União, em trâmite na 2ª Vara Federal, conforme nota 29.1-a.

Situação atual: aguardando julgamento.

Autor: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Valor estimado: R\$ 181.014

Exigências fiscais contra a Copel referentes à execução fiscal de contribuição previdenciária (NFLD nº 35.273.870-7).

Situação atual: aguardando julgamento.

Autor: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Valor estimado: R\$ 25.734

Exigências fiscais contra a Copel referentes à execução fiscal, com o objetivo de obter contribuição previdenciária incidente sobre a cessão de mão-de-obra (NFLD nº 35.273.876-6).

Situação atual: aguardando julgamento.

b) Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados da Copel e de suas controladas, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

c) Benefícios a empregados

Ações de reclusórias trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Copel e de suas subsidiárias integrais contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

d) Cíveis

Ações que envolvem faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos. As principais ações estão descritas a seguir

Autor: Mineradora Tibagiana Ltda.

Valor estimado: R\$ 118.918

Ação para indenização sobre supostos prejuízos nas atividades da mineradora pelas obras de construção da Usina Mauá, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, do qual a Copel Geração e Transmissão participa com o percentual de 51%.

Situação atual: aguardando julgamento.

Autor: Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Valor estimado: R\$ 323.576

Ação de cobrança proposta pela autora com base em anterior ação declaratória cujo objetivo era o reconhecimento do direito de crédito da autora pelo desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a Copel Geração e Transmissão. O valor principal deste débito está classificado como de perda provável.

Situação atual: na data de 1º.10.2015, foi proferido o julgamento do 2º embargo de declaração da Copel no STJ (EDcl no EDcl no Recurso Especial Nº 1.096.906 – PR no STJ), sendo que a Segunda Turma de Ministros STJ, por maioria de votos (03 a 02 votos), acolheu os embargos de declaração da Copel, com efeitos modificativos. Entretanto, ainda não ocorreu a divulgação do inteiro teor do acórdão de julgamento. Já há execução provisória em andamento, porém, está suspensa por medida cautelar da Copel apresentada e acolhida no Tribunal de Justiça do Paraná em dezembro de 2014.

Autores: franquizados de Agência/loja Copel

Valor estimado: R\$ 39.760

Propositura de 02 (duas) ações individuais em face da Copel Distribuição, em razão de contratos de franquia de Agência/loja Copel, com pedido principal de prorrogar a vigência da contratação e pedido secundário de reconhecer a ocorrência de subconcessão, com a transferência dos serviços prestados e o repasse integral dos valores das tarifas, dentre outras verbas, atualmente com recursos pendentes de julgamento.

Situação atual: aguardando julgamentos.

e) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativas e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias.

A principal ação se refere ao mandado de segurança nº 1001675-88.2015.4.01.0000, junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee, da qual a Copel Distribuição faz parte, cujo pedido principal é voltado à anulação do processo promovido pela Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR contra a Aneel desde a citação.

Para se prevenir da responsabilização por prejuízos resultantes do atraso no cronograma das obras da UHE Jirau, a ESBR moveu contra a Aneel a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel.

A consequência prática da decisão foi que, ao tempo em que isentou a ESBR, expôs as Distribuidoras com as quais celebrou Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do PLD no período, onde se inclui a Copel Distribuição. Isso, porque as regras de comercialização de energia elétrica impõe que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual.

No mandado de segurança, foi proferida decisão liminar no sentido de determinar que a Aneel e a CCEE devem se abster de a) exigir das associadas da Abradee o cumprimento de quaisquer decisões judiciais proferidas nos autos dos processos envolvendo ESBR (UHE Jirau) e a Aneel; b) aplicar quaisquer sanções às associadas da Abradee em virtude do não pagamento, na liquidação da competência de agosto de 2015 e posteriores, de valores relacionados ao item a).

Esta decisão desobrigou a Copel Distribuição, na liquidação da competência de agosto de 2015 junto à CCEE, de um desembolso de R\$ 710.548. O risco de perda da ação está classificado como possível (intermediário). Caso a ação seja julgada desfavorável, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.

Situação atual: aguardando julgamento.

30 Patrimônio Líquido

30.1 Atribuível aos acionistas da empresa controladora

30.1.1 Capital social

O capital social integralizado monta a R\$ 6.910.000. Sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	-	-	85.028.598	31,07
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,27	65.580.781	23,96
Eletrobrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
BM&FBOVESPA (a)	18.748.762	12,93	128.427	33,77	62.873.638	49,03	81.750.827	29,87
NYSE (b)	1.126.325	0,78	-	-	37.971.698	29,62	39.098.023	14,29
Latibex (c)	-	-	-	-	69.349	0,05	69.349	0,03
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,45	3.471	-	191.190	0,07
Outros	119.453	0,07	242.538	63,78	43.842	0,03	405.833	0,15
	145.031.080	100,00	380.291	100,00	128.244.004	100,00	273.655.375	100,00

(a) Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

(b) Bolsa de Valores de Nova Iorque

(c) Mercado de Valores Latino Americano em Euros, vinculado à Bolsa de Valores de Madri

O valor de mercado das ações da Companhia em 30.09.2015 está demonstrado a seguir:

	Número de ações em unidades	Valor de mercado
Ações ordinárias	145.031.080	3.123.745
Ações preferenciais classe "A"	380.291	13.310
Ações preferenciais classe "B"	128.244.004	4.185.055
	273.655.375	7.322.110

30.1.2 Ajustes de avaliação patrimonial

Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2015	976.964	976.964
Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras (a)	416	632
Tributos sobre os ajustes	-	(216)
Investimentos em participações societárias	(360)	(360)
Tributos sobre os ajustes	122	122
Ajustes referentes a passivos atuariais:		
Benefícios pós-emprego - equivalência (a)	14.999	14.999
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído do imobilizado	-	(108.050)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	36.738
Custo atribuído do imobilizado - equivalência (a)	(71.312)	-
Em 30.09.2015	920.829	920.829

(a) Equivalência patrimonial na controladora, líquida de tributos.

30.1.3 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	30.09.2015	30.09.2014
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:		
Ações ordinárias	403.387	490.337
Ações preferenciais classe "A"	1.164	1.419
Ações preferenciais classe "B"	392.365	476.936
	796.916	968.692
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080
Ações preferenciais classe "A"	380.291	381.537
Ações preferenciais classe "B"	128.244.004	128.242.758
	273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora:		
Ações ordinárias	2,78138	3,38091
Ações preferenciais classe "A"	3,06081	3,71917
Ações preferenciais classe "B"	3,05952	3,71901

30.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	Compagás: 49%	Elejor: 30%	UEG Araucária: 20%	Consolidado
Em 1º.01.2015	136.233	25.445	190.413	352.091
Dividendos e JSCP propostos	-	(13.067)	(44.267)	(57.334)
Resultado do período	9.036	1.814	55.673	66.523
Em 30.09.2015	145.269	14.192	201.819	361.280

31 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (31.5)	ISSQN	Receita líquida 30.09.2015
Fornecimento de energia elétrica (31.1)	8.152.489	(755.017)	(2.013.356)	(1.225.372)	-	4.158.744
Suprimento de energia elétrica (31.2)	3.443.255	(294.349)	-	(63.090)	-	3.085.816
Disponibilidade da rede elétrica (31.3)	4.212.679	(392.872)	(1.025.540)	(1.076.916)	-	1.717.351
Receita de construção	823.678	-	-	-	-	823.678
Telecomunicações	201.916	(9.481)	(37.128)	-	(1.624)	153.683
Distribuição de gás canalizado	531.204	(48.812)	(80.872)	-	-	401.520
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	979.343	-	-	-	-	979.343
Outras receitas operacionais (31.4)	86.016	(13.255)	-	-	(1.768)	70.993
	18.430.580	(1.513.786)	(3.156.896)	(2.365.378)	(3.392)	11.391.128

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (31.5)	ISSQN	Receita líquida 1º.07.2015 a 30.09.2015
Fornecimento de energia elétrica (31.1)	3.051.640	(282.599)	(766.050)	(593.405)	-	1.409.586
Suprimento de energia elétrica (31.2)	854.784	(77.323)	-	(26.271)	-	751.190
Disponibilidade da rede elétrica (31.3)	1.547.215	(145.316)	(383.984)	(376.301)	-	641.614
Receita de construção	282.484	-	-	-	-	282.484
Telecomunicações	71.494	(2.756)	(13.440)	-	(520)	54.778
Distribuição de gás canalizado	190.235	(17.472)	(31.920)	-	-	140.843
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	(59.678)	-	-	-	-	(59.678)
Outras receitas operacionais (31.4)	29.214	(4.254)	-	-	(589)	24.371
	5.967.388	(529.720)	(1.195.394)	(995.977)	(1.109)	3.245.188

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (31.5)	ISSQN	Receita líquida 30.09.2014
Fornecimento de energia elétrica (31.1)	4.620.373	(400.778)	(1.109.734)	(37.490)	-	3.072.371
Suprimento de energia elétrica (31.2)	3.615.110	(314.300)	-	(61.875)	-	3.238.935
Disponibilidade da rede elétrica (31.3)	2.681.902	(251.754)	(661.755)	(119.669)	-	1.648.724
Receita de construção	971.996	-	-	-	-	971.996
Telecomunicações	158.174	(7.627)	(28.040)	-	(324)	122.183
Distribuição de gás canalizado	344.317	(31.628)	(40.302)	-	-	272.387
Outras receitas operacionais (31.4)	174.523	(43.938)	-	-	(1.051)	129.534
	12.566.395	(1.050.025)	(1.839.831)	(219.034)	(1.375)	9.456.130

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (30.5)	ISSQN	Receita líquida 1º.07.2014 a 30.09.2014
Fornecimento de energia elétrica (31.1)	1.834.724	(160.454)	(428.148)	(16.892)	-	1.229.230
Suprimento de energia elétrica (31.2)	1.074.523	(98.093)	-	(18.317)	-	958.113
Disponibilidade da rede elétrica (31.3)	947.478	(88.409)	(227.765)	(43.888)	-	587.416
Receita de construção	345.437	-	-	-	-	345.437
Telecomunicações	55.386	(2.703)	(9.667)	-	(125)	42.891
Distribuição de gás canalizado	122.463	(49.866)	14.325	-	-	86.922
Outras receitas operacionais (31.4)	51.387	(13.946)	-	-	(566)	36.875
	4.431.398	(413.471)	(651.255)	(79.097)	(691)	3.286.884

31.1 Fornecimento de energia por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
Residencial	2.564.851	1.508.088	1.304.507	1.025.356
Industrial	2.789.444	1.687.611	1.489.916	1.113.797
Comercial, serviços e outras atividades	1.804.103	942.667	830.411	583.150
Rural	395.261	181.277	252.239	154.683
Poder público	188.972	104.119	103.210	74.062
Iluminação pública	192.403	90.619	88.211	55.688
Serviço público	217.455	105.992	90.250	65.635
	8.152.489	4.620.373	4.158.744	3.072.371

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2014 a 30.09.2014	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2014 a 30.09.2014
Residencial	944.686	584.449	433.054	397.257
Industrial	1.052.832	688.192	516.301	461.205
Comercial, serviços e outras atividades	669.295	373.366	276.438	234.124
Rural	148.653	67.682	83.030	57.660
Poder público	73.832	41.752	37.653	29.919
Iluminação pública	76.342	36.940	31.815	22.620
Serviço público	86.000	42.343	31.295	26.445
	3.051.640	1.834.724	1.409.586	1.229.230

31.2 Suprimento de energia elétrica

Consolidado	Receita bruta	
	30.09.2015	30.09.2014
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	2.029.716	2.230.729
Contratos bilaterais	877.526	860.389
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	528.329	523.749
Regime de cotas	7.684	243
	3.443.255	3.615.110

Consolidado	Receita bruta	
	1º.07.2015	1º.07.2014
	a 30.09.2015	a 30.09.2014
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	351.952	615.429
Contratos bilaterais	300.564	285.643
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	194.626	173.316
Regime de cotas	7.642	135
	854.784	1.074.523

31.3 Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
Residencial	1.412.881	993.972	510.239	577.619
Industrial	920.707	507.799	338.165	287.863
Comercial, serviços e outras atividades	995.780	620.661	362.835	360.767
Rural	213.384	137.978	124.399	111.552
Poder público	112.388	76.767	49.581	51.211
Iluminação pública	109.586	71.147	38.569	41.072
Serviço público	79.604	46.702	28.586	26.973
Consumidores livres	210.301	107.041	134.291	92.055
Rede básica, de fronteira e de conexão	951	769	608	662
Receita de operação e manutenção - O&M	75.487	77.748	59.140	62.685
Receita de juros efetivos	81.610	41.318	70.938	36.265
	4.212.679	2.681.902	1.717.351	1.648.724

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	1º.07.2015	1º.07.2014	1º.07.2015	1º.07.2014
	a 30.09.2015	a 30.09.2014	a 30.09.2015	a 30.09.2014
Residencial	505.684	344.380	190.935	200.962
Industrial	346.167	185.561	123.976	106.128
Comercial, serviços e outras atividades	366.984	215.162	142.119	126.155
Rural	76.125	44.964	43.948	36.207
Poder público	43.087	26.996	20.065	18.090
Iluminação pública	42.358	25.756	15.622	14.604
Serviço público	30.233	16.229	11.292	9.398
Consumidores livres	87.934	38.516	57.494	33.023
Rede básica, de fronteira e de conexão	401	275	263	237
Receita de operação e manutenção - O&M	22.021	31.070	14.520	26.129
Receita de juros efetivos	26.221	18.569	21.380	16.483
	1.547.215	947.478	641.614	587.416

31.4 Outras receitas operacionais

Consolidado	Receita bruta	
	30.09.2015	30.09.2014
Arrendamentos e aluguéis (31.4.1)	64.759	70.833
Renda da prestação de serviços	11.926	16.266
Serviço taxado	6.624	5.949
Ressarcimento por indisponibilidade de geração de energia elétrica	-	79.353
Outras receitas	2.707	2.122
	86.016	174.523

Consolidado	Receita bruta	
	1º.07.2015	1º.07.2014
	a 30.09.2015	a 30.09.2014
Arrendamentos e aluguéis (31.4.1)	22.032	21.833
Renda da prestação de serviços	3.836	5.412
Serviço taxado	2.345	2.080
Ressarcimento por indisponibilidade de geração de energia elétrica	-	21.272
Outras receitas	1.001	790
	29.214	51.387

31.4.1 Receita de arrendamento e aluguéis

Consolidado	30.09.2015	30.09.2014
Equipamentos e estruturas	64.112	64.216
Compartilhamento de instalações	547	967
Imóveis	100	143
Usina termelétrica de Araucária	-	5.507
	64.759	70.833

Consolidado	1º.07.2015	1º.07.2014
	a 30.09.2015	a 30.09.2014
Equipamentos e estruturas	21.939	21.563
Compartilhamento de instalações	52	242
Imóveis	41	28
	22.032	21.833

Não foram identificados recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

31.5 Encargos do consumidor

Consolidado	30.09.2015	30.09.2014
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.055.366	96.789
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária	854.486	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	93.284	83.229
Conta de desenvolvimento energético - Conta ACR	306.392	-
Quota para reserva global de reversão - RGR	51.797	39.016
Taxa de fiscalização	4.053	-
	2.365.378	219.034

Consolidado	1º.07.2015	1º.07.2014
	a 30.09.2015	a 30.09.2014
Conta de desenvolvimento energético - CDE	367.944	35.884
Outros encargos do consumidor- bandeira tarifária	311.990	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	24.955	28.887
Conta de desenvolvimento energético - Conta ACR	259.754	-
Quota para reserva global de reversão - RGR	29.173	14.326
Taxa de fiscalização	2.161	-
	995.977	79.097

31.6 Reajuste tarifário da Copel Distribuição

A Aneel homologou o Reajuste Anual da Copel Distribuição por meio da Resolução Homologatória nº 1.897 de 16.06.2015, que autorizou a aplicação de 15,32% no reajuste médio das tarifas a partir de 24.06.2015. Está compondo, neste reajuste, a parcela correspondente aos diferimentos parciais dos componentes financeiros referentes aos Reajustes Tarifários de 2013 e de 2014, solicitados pela Copel Distribuição na época.

O reajuste de 15,32% é composto por: (i) 20,58% referentes à inclusão de componentes financeiros, os quais serão recuperados nos 12 meses subsequentes ao reajuste (incluindo o montante de R\$ 935.256 correspondente aos diferimentos realizados em 2013 e 2014); (ii) 0,34% decorrente da atualização da Parcela B; (iii) -3,25% referentes ao ajuste da Parcela A; e (iv) -2,35% que refletem a retirada dos componentes financeiros do processo anterior. O reajuste foi aplicado integralmente às tarifas da Copel Distribuição a partir do dia 24.06.2015, iniciando-se em julho de 2015 a amortização dos Ativos Financeiros Setoriais.

Em 30.09.2015, o montante atualizado do diferimento de 2013 é de R\$ 215.437 e o do diferimento de 2014 é de R\$ 486.005, totalizando em R\$ 701.442 (NE nº 9), a serem amortizados no ciclo tarifário de 2015 e 2016.

Revisão Tarifária Extraordinária - RTE 2015

A Aneel, em 27.02.2015, aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária em 36,79% a partir de 02.03.2015, que teve como objetivo restabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica em decorrência do aumento da quota de CDE (22,14% do reajuste), e ao reposicionamento dos custos com energia (14,65% do reajuste) em função do reajuste da tarifa de Itaipu, impactada pela variação cambial e cenário hidrológico, e dos elevados preços praticados no 14º Leilão de Energia Existente (A-1 2014) e no 18º Leilão de Ajuste, realizado em 15.01.2015.

No reajuste anual de 2015 foi considerado o valor parcial da RTE. O saldo em 30.09.2015 é de R\$ 269.645 e o valor remanescente a ser considerado no próximo reajuste tarifário é de R\$ 511.635, atualizados pela Taxa Selic (NE nº 9).

Bandeiras Tarifárias

A partir de 1º.01.2015, conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 547 de 16.04.2013, teve início a cobrança das bandeiras tarifárias nas faturas de energia elétrica. A Aneel homologa o valor a ser considerado para as bandeiras tarifárias, considerando a previsão das variações principalmente pelo geração térmica, ESS gerado por segurança energética, exposição involuntária ao mercado de curto prazo decorrente de insuficiência contratual, risco hidrológico associado à geração de Itaipu.

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.945, de 28.08.2015, a Aneel definiu os novos valores a serem adicionados à tarifa de energia, quando da vigência das bandeiras tarifárias amarela e vermelha, a partir de 1º.09.2015. Para a bandeira amarela o valor permaneceu em 25,00 R\$/MWh, porém para a bandeira vermelha o valor passou de 55,00 para 45,00 R\$/MWh.

Mediante a publicação do Decreto nº 8.401 de 04.02.2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Aneel, sendo os recursos disponíveis repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores efetivamente realizados conforme a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN e a cobertura tarifária vigente.

No Reajuste Anual de 2015, a receita decorrente da aplicação do adicional da bandeira tarifária vermelha e os repasses da Conta Bandeiras para os períodos de competência de janeiro de 2015 a março de 2015 foram considerados na apuração da CVA energia e da CVA ESS/EER, conforme Resolução Homologatória nº 1.897 de 16.06.2015. Os custos não cobertos pelas bandeiras tarifárias no ciclo atual serão considerados no processo tarifário subsequente.

A Copel Distribuição reconheceu o montante de R\$ 854.486 de bandeira tarifária, tendo sido R\$ 205.130 destinados à conta CCRBT e R\$ 598.341 destinado à cobertura dos custos. Para a competência de setembro de 2015 os valores foram estimados pela Copel Distribuição e aguarda-se a homologação destes valores pela Aneel.

32 Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	30.09.2015
Energia elétrica comprada para revenda (32.1)	(5.015.259)	-	-	-	(5.015.259)
Encargos de uso da rede elétrica	(623.467)	-	-	-	(623.467)
Pessoal e administradores (32.2)	(550.061)	(10.557)	(187.042)	-	(747.660)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(146.528)	(1.748)	(40.333)	-	(188.609)
Material	(50.534)	(543)	(6.722)	-	(57.799)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(188.020)	-	-	-	(188.020)
Gás natural e insumos para operação de gás	(1.054.077)	-	-	-	(1.054.077)
Serviços de terceiros (32.3)	(250.221)	(30.122)	(77.621)	-	(357.964)
Depreciação e amortização	(456.993)	(25)	(41.974)	(4.363)	(503.355)
Provisões e reversões (32.4)	-	(188.110)	-	(309.029)	(497.139)
Custo de construção (32.5)	(864.340)	-	-	-	(864.340)
Outros custos e despesas operacionais (32.6)	(30.740)	3.030	(91.826)	(200.882)	(320.418)
	(9.230.240)	(228.075)	(445.518)	(514.274)	(10.418.107)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	1º.07.2015 a 30.09.2015
Energia elétrica comprada para revenda (32.1)	(1.447.889)	-	-	-	(1.447.889)
Encargos de uso da rede elétrica	(216.759)	-	-	-	(216.759)
Pessoal e administradores (32.2)	(187.073)	(3.773)	(63.044)	-	(253.890)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(49.246)	(605)	(12.860)	-	(62.711)
Material	(16.758)	(196)	(2.619)	-	(19.573)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(54.966)	-	-	-	(54.966)
Gás natural e insumos para operação de gás	(298.099)	-	-	-	(298.099)
Serviços de terceiros (32.3)	(87.207)	(8.993)	(28.173)	-	(124.373)
Depreciação e amortização	(160.665)	(8)	(15.373)	(2.199)	(178.245)
Provisões e reversões (32.4)	-	(29.545)	-	(63.902)	(93.447)
Custo de construção (32.5)	(302.261)	-	-	-	(302.261)
Outros custos e despesas operacionais (32.6)	(15.233)	1.050	(39.762)	(77.205)	(131.150)
	(2.836.156)	(42.070)	(161.831)	(143.306)	(3.183.363)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	30.09.2014
Energia elétrica comprada para revenda (32.1)	(3.485.490)	-	-	-	(3.485.490)
Encargos de uso da rede elétrica	(425.861)	-	-	-	(425.861)
Pessoal e administradores (32.2)	(494.970)	(8.516)	(168.138)	-	(671.624)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(113.110)	(1.072)	(30.191)	-	(144.373)
Material	(48.683)	(295)	(6.995)	-	(55.973)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(92.426)	-	-	-	(92.426)
Gás natural e insumos para operação de gás	(1.060.586)	-	-	-	(1.060.586)
Serviços de terceiros (32.3)	(213.669)	(32.774)	(58.817)	-	(305.260)
Depreciação e amortização	(431.534)	(20)	(30.346)	(565)	(462.465)
Provisões e reversões (32.4)	-	(67.680)	-	(208.233)	(275.913)
Custo de construção (32.5)	(971.733)	-	-	-	(971.733)
Outros custos e despesas operacionais (32.6)	(27.598)	3.204	(91.693)	(149.691)	(265.778)
	(7.365.660)	(107.153)	(386.180)	(358.489)	(8.217.482)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	1º.07.2014 a 30.09.2014
Energia elétrica comprada para revenda (32.1)	(1.310.933)	-	-	-	(1.310.933)
Encargos de uso da rede elétrica	(167.888)	-	-	-	(167.888)
Pessoal e administradores (32.2)	(162.913)	(3.048)	(57.225)	-	(223.186)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(36.982)	(381)	(10.391)	-	(47.754)
Material	(17.619)	(89)	(1.881)	-	(19.589)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(42.316)	-	-	-	(42.316)
Gás natural e insumos para operação de gás	(359.280)	-	-	-	(359.280)
Serviços de terceiros (32.3)	(76.390)	(9.944)	(18.422)	-	(104.756)
Depreciação e amortização	(146.019)	(6)	(8.090)	(188)	(154.303)
Provisões e reversões (32.4)	-	(27.774)	-	(99.137)	(126.911)
Custo de construção (32.5)	(345.170)	-	-	-	(345.170)
Outros custos e despesas operacionais (32.6)	(5.431)	1.066	(27.008)	(47.375)	(78.748)
	(2.670.941)	(40.176)	(123.017)	(146.700)	(2.980.834)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	30.09.2015
Pessoal e administradores (32.2)	(49.349)	-	(49.349)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(6.099)	-	(6.099)
Material	(416)	-	(416)
Serviços de terceiros	(9.035)	-	(9.035)
Depreciação e amortização	(1)	(4.363)	(4.364)
Provisões e reversões (32.4)	-	(20.283)	(20.283)
Outras receitas (despesas) operacionais	(18.422)	(1.327)	(19.749)
	(83.322)	(25.973)	(109.295)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	1º.07.2015 a 30.09.2015
Pessoal e administradores (32.2)	(16.770)	-	(16.770)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(2.111)	-	(2.111)
Material	(147)	-	(147)
Serviços de terceiros	(3.806)	-	(3.806)
Depreciação e amortização	(1)	(2.199)	(2.200)
Provisões e reversões (32.4)	-	(1.334)	(1.334)
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.430)	29	(11.401)
	(34.265)	(3.504)	(37.769)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	30.09.2014
Pessoal e administradores (32.2)	(67.050)	-	(67.050)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(8.445)	-	(8.445)
Material	(353)	-	(353)
Serviços de terceiros	(4.129)	-	(4.129)
Depreciação e amortização	-	(565)	(565)
Provisões e reversões (32.4)	-	(1.860)	(1.860)
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.373)	662	(11.711)
	(92.350)	(1.763)	(94.113)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	1º.07.2014 a 30.09.2014
Pessoal e administradores (32.2)	(20.309)	-	(20.309)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(2.615)	-	(2.615)
Material	(189)	-	(189)
Serviços de terceiros	(1.653)	-	(1.653)
Depreciação e amortização	-	(188)	(188)
Provisões e reversões (32.4)	-	(144)	(144)
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.724)	550	(7.174)
	(32.490)	218	(32.272)

32.1 Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado	30.09.2015	30.09.2014
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	2.990.471	2.439.244
Itaipu Binacional	1.218.837	546.591
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.060.134	1.676.997
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	133.660	137.785
Contratos bilaterais	26.688	160.156
(-) Repasse CDE e Conta-ACR - Decretos nºs 8.221/2014 e 7.891/2013 (32.1.1)	-	(1.157.617)
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(414.531)	(317.666)
	5.015.259	3.485.490

Consolidado	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2014 a 30.09.2014
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	821.588	940.863
Itaipu Binacional	491.764	191.846
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	213.530	298.610
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	44.410	46.356
Contratos bilaterais	3.786	43.897
(-) Repasse CDE e Conta-ACR - Decretos nºs 8.221/2014 e 7.891/2013 (32.1.1)	-	(95.616)
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(127.189)	(115.023)
	1.447.889	1.310.933

32.1.1 Repasse CDE e Conta-ACR - Decretos nºs 8.221/2014 e 7.891/2013

O saldo de 30.09.2014 refere-se a recursos de repasse CDE e Conta-ACR contabilizados pela Copel Distribuição até agosto de 2014. Os repasses financeiros da CDE, conforme o Decreto nº 7.891/2013, alterado posteriormente pelos Decretos nº 7.945/2013 e nº 8.203/2014, permitiram cobrir custos de energia com exposição involuntária e risco hidrológico, neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética (ESS) e neutralizar a exposição contratual involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da compra frustrada em leilão de energia.

Diante de um cenário hidrológico desfavorável, foi emitido o Decreto nº 8.221/2014 que criou a Conta ACR, com a finalidade de cobrir total ou parcialmente os custos adicionais de exposição involuntária no mercado de curto prazo e do despacho termoeletrico associado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D.

32.2 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
Pessoal				
Remunerações	29.443	40.557	469.497	416.937
Encargos sociais	10.745	14.788	162.643	148.759
Auxílio alimentação e educação	2.674	4.268	66.673	58.327
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	985	1.734	28.437	30.977
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	-	197	3.945	2.770
	43.847	61.544	731.195	657.770
Administradores				
Honorários	4.369	4.166	13.138	10.707
Encargos sociais	1.112	1.091	3.203	2.760
Outros gastos	21	249	124	387
	5.502	5.506	16.465	13.854
	49.349	67.050	747.660	671.624

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2015	1º.07.2014	1º.07.2015	1º.07.2014
	a 30.09.2015	a 30.09.2014	a 30.09.2015	a 30.09.2014
Pessoal				
Remunerações	10.335	12.559	160.289	141.027
Encargos sociais	3.822	4.503	56.076	49.571
Auxílio alimentação e educação	945	1.285	22.437	19.410
Participação nos lucros e/ou resultados	(269)	207	8.473	8.101
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	-	-	904	585
	14.833	18.554	248.179	218.694
Administradores				
Honorários	1.622	1.380	4.637	3.533
Encargos sociais	394	362	1.126	919
Outros gastos	(79)	13	(52)	40
	1.937	1.755	5.711	4.492
	16.770	20.309	253.890	223.186

32.3 Serviços de terceiros

Consolidado	30.09.2015	30.09.2014
Manutenção do sistema elétrico	97.602	70.681
Manutenção de instalações	65.503	69.260
Comunicação, processamento e transmissão de dados	49.873	38.065
Leitura e entrega de faturas	33.119	27.787
Agentes autorizados e credenciados	24.828	26.058
Atendimento a consumidor	15.299	13.249
Outros serviços	71.740	60.160
	357.964	305.260

Consolidado	1º.07.2015	1º.07.2014
	a 30.09.2015	a 30.09.2014
Manutenção do sistema elétrico	35.213	26.833
Manutenção de instalações	22.707	23.857
Comunicação, processamento e transmissão de dados	26.342	10.779
Leitura e entrega de faturas	11.738	10.250
Agentes autorizados e credenciados	7.562	7.779
Atendimento a consumidor	5.902	4.093
Outros serviços	14.909	21.165
	124.373	104.756

32.4 Provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
Provisão para litígios (NE nº 29)	16.324	1.860	307.783	206.576
PCLD (Clientes e Outros créditos)	-	-	188.110	67.680
Provisão para passivo a descoberto em controladas	3.959	-	-	-
Provisão para perdas de créditos tributários	-	-	1.246	1.657
	20.283	1.860	497.139	275.913

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2015	1º.07.2014	1º.07.2015	1º.07.2014
	a 30.09.2015	a 30.09.2014	a 30.09.2015	a 30.09.2014
Provisão para litígios	1.543	144	61.398	98.298
PCLD (Clientes e Outros créditos)	-	-	29.545	27.773
Reversão para passivo a descoberto em controladas	(209)	-	-	-
Provisão para perdas de créditos tributários	-	-	2.504	840
	1.334	144	93.447	126.911

32.5 Custo de construção

Consolidado	30.09.2015	30.09.2014
Material	402.418	517.154
Serviços de terceiros	360.028	313.494
Pessoal	67.337	94.208
Outros	34.557	46.877
	864.340	971.733

Consolidado	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2014 a 30.09.2014
Material	146.770	171.271
Serviços de terceiros	124.239	122.768
Pessoal	23.461	31.770
Outros	7.791	19.361
	302.261	345.170

32.6 Outros custos e despesas operacionais

Consolidado	30.09.2015	30.09.2014
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	110.953	105.906
Perdas na desativação e alienação de bens	55.407	22.977
Indenizações	32.958	17.773
Arrendamentos e aluguéis (32.6.1)	24.533	21.825
Tributos	22.985	43.613
Propaganda e publicidade	17.795	13.471
Outros custos e despesas, líquidos	55.787	40.213
	320.418	265.778

Consolidado	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2014 a 30.09.2014
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	39.758	38.192
Perdas na desativação e alienação de bens	29.321	4.432
Indenizações	10.630	11.913
Arrendamentos e aluguéis (32.6.1)	9.610	6.708
Tributos	6.273	4.865
Propaganda e publicidade	9.337	5.588
Outros custos e despesas, líquidos	26.221	7.050
	131.150	78.748

32.6.1 Arrendamentos e aluguéis

Consolidado	30.09.2015	30.09.2014
Imóveis	19.472	18.600
Outros	6.002	4.299
(-) Créditos de PIS e Cofins	(941)	(1.074)
	24.533	21.825

Consolidado	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2014 a 30.09.2014
Imóveis	7.007	6.035
Outros	2.988	1.034
(-) Créditos de PIS e Cofins	(385)	(361)
	9.610	6.708

Não foram identificados compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

33 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
Receitas financeiras				
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8.1)	151.428	108.237	151.428	108.237
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.1)	-	-	135.956	36.961
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	117.636	116.844
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	954	18.169	101.903	138.912
Variação monetária e juros sobre contas a receber vinculadas à indenização da concessão (NE nº 11.1)	-	-	96.900	42.693
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 9.2)	-	-	89.809	-
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	13	10	12.657	18.848
Ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público (NE nº 27.1)	-	-	1.637	-
Outras receitas financeiras	19.433	16.559	40.800	36.557
	171.828	142.975	748.726	499.052
(-) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	198.969	122.418	447.644	256.163
Variação monetária e reversão de juros sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público (NE nº 27.1)	-	-	68.748	42.862
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 26.2)	-	-	24.647	16.626
Outras variações monetárias e cambiais	156	1.475	16.259	4.819
Variação monetária sobre repasse CRC	-	21.790	-	21.790
Outras despesas financeiras	3.898	767	37.175	19.901
	203.023	146.450	594.473	362.161
Líquido	(31.195)	(3.475)	154.253	136.891

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2014 a 30.09.2014	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2014 a 30.09.2014
Receitas financeiras				
Juros e variação monetária sobre repasse CRC	52.462	22.558	52.462	22.558
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão	-	-	42.868	(14.389)
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	44.318	21.871
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	318	10.403	44.878	59.579
Variação monetária e juros sobre contas a receber vinculadas à indenização da concessão	-	-	6.988	8.858
Remuneração de ativos e passivos setoriais	-	-	11.667	-
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	5	3	3.938	7.544
Ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	-	-	250	-
Outras receitas financeiras	8.035	5.065	12.846	9.575
	60.820	38.029	220.215	115.596
(-) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	76.028	59.939	185.334	104.351
Variação monetária e reversão de juros sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	-	-	21.806	8.517
Juros sobre P&D e PEE	-	-	9.477	6.331
Outras variações monetárias e cambiais	150	1	7.860	1.743
Variação monetária sobre repasse CRC	-	7.277	-	7.277
Outras despesas financeiras	2.853	7	2.999	3.516
	79.031	67.224	227.476	131.735
Líquido	(18.211)	(29.195)	(7.261)	(16.139)

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante os nove meses de 2015 totalizaram R\$ 116.250, à taxa média de 6,87% a.a.

34 Segmentos Operacionais

As diretorias executivas da Controladora e das controladas são as principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

34.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua em cinco segmentos reportáveis identificados pela Administração, por meio das diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada empresa e cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias.

Nos nove meses de 2015, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total dos nove meses de 2015.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas no resumo das principais práticas contábeis e as operações intersegmentos são realizadas como se estas fossem com terceiros, ou seja, pelos preços correntes de mercado.

34.2 Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica, e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia.

Distribuição e comercialização de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

Telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral;

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado; e

Holding (HOL) - tem como atribuição a participação em outras empresas.

34.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
30.09.2015							
ATIVO TOTAL	13.808.888	10.793.964	670.826	582.017	16.829.474	(14.270.845)	28.414.324
ATIVO CIRCULANTE	1.911.839	4.356.204	71.903	218.112	485.993	(323.825)	6.720.226
Caixa e equivalentes de caixa	396.933	331.824	12.606	36.554	53.651	-	831.568
Títulos e valores mobiliários	377.909	159	-	6.317	164	-	384.549
Cauções e depósitos vinculados	-	1.696	-	113	-	-	1.809
Clientes	787.361	2.135.949	38.454	159.843	-	(141.590)	2.980.017
Dividendos a receber	13.702	-	-	-	188.785	(177.800)	24.687
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	104.534	-	104.534
Ativos financeiros setoriais líquidos	-	1.236.253	-	-	-	-	1.236.253
Contas a receber vinculadas à concessão	8.351	-	-	-	-	-	8.351
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão	130.243	-	-	-	-	-	130.243
Outros créditos	152.546	459.479	4.513	713	13.997	(3.299)	627.949
Estoques	29.130	93.324	11.358	2.139	-	-	135.951
Imposto de renda e contribuição social	3.767	30.687	821	9.984	123.717	-	168.976
Outros tributos a recuperar	7.102	49.623	4.078	2.152	-	-	62.955
Despesas antecipadas	4.794	17.210	73	297	10	-	22.384
Partes relacionadas	1	-	-	-	1.135	(1.136)	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.897.049	6.437.760	598.923	363.905	16.343.481	(13.947.020)	21.694.098
Realizável a Longo Prazo	1.526.506	5.937.547	84.153	60.548	2.037.449	(186.067)	9.460.136
Títulos e valores mobiliários	97.555	2.880	-	-	-	-	100.435
Cauções e depósitos vinculados	-	84.024	-	-	-	-	84.024
Clientes	2.372	37.805	44.982	-	-	-	85.159
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	1.257.061	-	1.257.061
Depósitos judiciais	62.413	333.025	7.368	39.784	272.222	-	714.812
Ativos financeiros setoriais líquidos	-	217.408	-	-	-	-	217.408
Contas a receber vinculadas à concessão	794.315	4.882.437	-	10.842	-	-	5.687.594
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão	218.871	-	-	-	-	-	218.871
Outros créditos	29.256	11.685	-	(5.588)	-	-	35.353
Imposto de renda e contribuição social	565	14.580	-	-	76.929	-	92.074
Outros tributos a recuperar	65.120	51.080	5.574	-	14	-	121.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180.174	302.623	26.229	15.335	143.492	-	667.853
Despesas antecipadas	-	-	-	175	-	-	175
Partes relacionadas	75.865	-	-	-	287.731	(186.067)	177.529
Investimentos	1.969.360	1.374	-	-	14.260.078	(14.180.406)	2.050.406
Imobilizado	8.162.038	-	495.289	-	42.302	-	8.699.629
Intangível	239.145	498.839	19.481	303.357	3.652	419.453	1.483.927

34.4 Passivo por segmento reportável

PASSIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
30.09.2015							
PASSIVO TOTAL	13.808.888	10.793.964	670.826	582.017	16.829.474	(14.270.845)	28.414.324
PASSIVO CIRCULANTE	1.721.077	2.222.946	78.781	235.700	145.095	(357.230)	4.046.369
Obrigações sociais e trabalhistas	49.746	136.344	17.834	7.149	16.771	-	227.844
Partes relacionadas	153	-	3.710	-	28.672	(32.535)	-
Fornecedores	675.878	1.086.640	11.310	176.363	6.474	(144.896)	1.811.769
Imposto de renda e contribuição social	323.699	-	2.769	-	-	-	326.468
Outras obrigações fiscais	69.320	155.584	3.515	14.283	1.422	-	244.124
Empréstimos e financiamentos	142.615	97.852	5.901	-	29.695	(1.999)	274.064
Debêntures	219.151	59.961	-	18.809	57.536	-	355.457
Dividendos a pagar	64.200	89.491	31.300	7.168	4.136	(177.800)	18.495
Benefícios pós-emprego	9.332	26.199	1.266	-	17	-	36.814
Encargos do consumidor a recolher	33.490	361.440	-	-	-	-	394.930
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	41.725	116.325	-	-	-	-	158.050
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	55.196	-	-	-	-	-	55.196
Outras contas a pagar	36.572	93.110	1.176	11.928	372	-	143.158
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.694.881	3.204.158	103.760	49.852	2.421.536	(368.541)	10.105.646
Partes relacionadas	132.447	-	11.900	-	115.743	(260.090)	-
Fornecedores	14.249	-	-	-	-	-	14.249
Obrigações fiscais	176.148	74.199	4.442	-	1.437	-	256.226
Empréstimos e financiamentos	1.467.186	770.302	22.979	-	969.011	(104.492)	3.124.986
Debêntures	1.297.897	999.294	-	41.935	996.198	-	3.335.324
Benefícios pós-emprego	236.747	630.776	56.248	4.844	12.251	-	940.866
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	78.717	161.368	-	-	-	-	240.085
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	463.339	-	-	-	-	-	463.339
Outras contas a pagar	285	-	-	2.374	13.405	(3.959)	12.105
Provisões para litígios	827.866	568.219	8.191	699	313.491	-	1.718.466
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.392.930	5.366.860	488.285	296.465	14.262.843	(13.545.074)	14.262.309
Atribuível aos acionistas controladores	7.392.930	5.366.860	488.285	296.465	14.262.843	(13.906.354)	13.901.029
Capital social	4.493.362	3.342.841	304.198	220.966	7.309.606	(8.760.973)	6.910.000
Afac	209.662	824.000	-	-	-	(1.033.662)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.033.601	(108.193)	(16.876)	(1.548)	925.393	(911.548)	920.829
Reserva legal	361.072	157.187	12.022	21.238	685.349	(551.721)	685.147
Reserva de retenção de lucros	303.935	1.052.826	145.513	37.370	4.520.666	(1.543.485)	4.516.825
Lucros (prejuízos) acumulados	991.298	98.199	43.428	18.439	821.829	(1.104.965)	868.228
Atribuível aos acionistas não controladores						361.280	361.280

34.5 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
30.09.2015							
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.867.124	7.217.318	204.141	1.228.211	-	(1.125.666)	11.391.128
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	424.333	3.734.411	-	-	-	-	4.158.744
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	3.203	-	-	-	(3.203)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	2.881.191	204.625	-	-	-	-	3.085.816
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	212.324	-	-	-	-	(212.324)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	130.078	1.587.273	-	-	-	-	1.717.351
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	49.527	11.540	-	-	-	(61.067)	-
Receita de construção	136.782	626.758	-	60.138	-	-	823.678
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	153.683	-	-	-	153.683
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	21.106	-	-	(21.106)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	401.520	-	-	401.520
Distribuição de gás canalizado entre segmentos	-	-	-	766.553	-	(766.553)	-
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	-	979.343	-	-	-	-	979.343
Outras receitas operacionais para terceiros	4.401	64.964	1.628	-	-	-	70.993
Outras receitas operacionais entre segmentos	28.488	5.201	27.724	-	-	(61.413)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.839.573)	(7.241.236)	(139.733)	(1.200.175)	(127.188)	1.129.798	(10.418.107)
Energia elétrica comprada para revenda	(449.360)	(4.777.595)	-	-	-	211.696	(5.015.259)
Encargos de uso da rede elétrica	(216.397)	(464.947)	-	-	-	57.877	(623.467)
Pessoal e administradores	(166.724)	(439.131)	(56.386)	(23.088)	(62.331)	-	(747.660)
Planos previdenciário e assistencial	(42.887)	(123.506)	(12.968)	(1.684)	(7.564)	-	(188.609)
Material	(11.969)	(42.385)	(1.609)	(1.328)	(508)	-	(57.799)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(955.567)	-	-	-	-	767.547	(188.020)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(1.054.077)	-	-	(1.054.077)
Serviços de terceiros	(130.112)	(262.462)	(24.447)	(12.750)	(11.155)	82.962	(357.964)
Depreciação e amortização	(277.422)	(182.968)	(23.088)	(15.513)	(4.364)	-	(503.355)
Provisões e reversões	(250.807)	(210.338)	(3.843)	(15.827)	(20.283)	3.959	(497.139)
Custo de construção	(177.444)	(626.758)	-	(60.138)	-	-	(864.340)
Outros custos e despesas operacionais	(160.884)	(111.146)	(17.392)	(15.770)	(20.983)	5.757	(320.418)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	268.356	-	-	-	879.513	(996.968)	150.901
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.295.907	(23.918)	64.408	28.036	752.325	(992.836)	1.123.922
Resultado financeiro	3.923	179.500	995	1.026	(31.019)	(172)	154.253
LUCRO OPERACIONAL	1.299.830	155.582	65.403	29.062	721.306	(993.008)	1.278.175
Imposto de renda e contribuição social	(536.446)	-	(24.319)	(10.747)	(343)	-	(571.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	166.890	(57.383)	2.344	124	45.144	-	157.119
LUCRO DO PERÍODO	930.274	98.199	43.428	18.439	766.107	(993.008)	863.439

35 Instrumentos Financeiros

35.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	30.09.2015		31.12.2014	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	831.568	831.568	740.131	740.131
Títulos e valores mobiliários (b)	5	1	15.577	15.577	52.804	52.804
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	356.386	356.386	288.563	288.563
			1.203.531	1.203.531	1.081.498	1.081.498
Empréstimos e recebíveis						
Caução STN (c)	6		84.024	52.494	56.956	39.252
Cauções e depósitos vinculados (a)	6		1.809	1.809	13.497	13.497
Clientes (a)	7		3.065.176	3.065.176	2.254.512	2.254.512
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (d)	8		1.361.595	1.320.952	1.344.108	1.376.932
Ativos financeiros setoriais líquidos (a)	9		1.453.661	1.453.661	1.041.144	1.041.144
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	10		813.508	813.508	632.941	632.941
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão (f)	11		130.243	130.077	301.046	302.689
			6.910.016	6.837.677	5.644.204	5.660.967
Disponíveis para venda						
Contas a receber vinculadas à concessão (g)	10	3	4.882.437	4.882.437	3.792.476	3.792.476
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão (h)	11	3	218.871	218.871	160.217	160.217
Títulos e valores mobiliários (b)	5	1	4.271	4.271	107.232	107.232
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	108.750	108.750	142.726	142.726
Outros investimentos (i)	17	1	17.271	17.271	17.631	17.631
			5.231.600	5.231.600	4.220.282	4.220.282
Total dos ativos financeiros			13.345.147	13.272.808	10.945.984	10.962.747
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Outras obrigações - derivativos (b)		1	123	123	157	157
			123	123	157	157
Outros passivos financeiros						
Fornecedores (a)	21		1.826.018	1.826.018	1.604.830	1.604.830
Empréstimos e financiamentos (c)	22		3.399.050	2.826.340	3.468.950	3.229.136
Debêntures (j)	23		3.690.781	3.690.781	2.585.448	2.585.448
Contas a pagar vinculadas à concessão - UBP (k)	27		518.535	627.717	491.727	598.493
			9.434.384	8.970.856	8.150.955	8.017.907
Total dos passivos financeiros			9.434.507	8.970.979	8.151.112	8.018.064

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

- c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 113,25% do CDI para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- d) Utilizada como premissa a comparação com o título Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, de longo prazo e pós-fixado, a NTN-B Principal com vencimento em 15.08.2024, que paga em torno de 7,40% a.a. mais IPCA.
- e) Os critérios e as premissas foram divulgados na NE nº 3.7.2 das demonstrações financeiras de 31.12.2014.
- f) Ativos que entraram em operação após maio de 2000, têm valores justos calculados pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa Selic, melhor taxa de curto prazo disponível para comparação na apuração do seu valor de mercado.
- g) Os critérios e as premissas foram divulgados na NE nº 3.7.1 das demonstrações financeiras de 31.12.2014. A mutação ocorrida no primeiro semestre de 2015 está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Em 1º.01.2015	3.792.476
Transferências do intangível - renovação da concessão de distribuição	520.841
Capitalizações do intangível em curso	471.828
Variação monetária	135.956
Baixas	(38.664)
Em 30.09.2015	4.882.437

- h) Ativos existentes em 31.05.2000, têm valores justos equivalentes aos valores contábeis, em virtude do aguardo da conclusão do laudo a ser avaliado pela Aneel.
- i) Calculado conforme cotações de preços publicadas em mercado ativo ou aplicando o percentual de participação sobre o patrimônio líquido para os ativos sem mercado ativo.
- j) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 30.09.2015, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar de R\$ 4.055.
- k) Utilizada a taxa de 7,74% a.a. como referência de mercado.

35.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

35.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado		
Exposição ao risco de crédito	30.09.2015	31.12.2014
Caixa e equivalentes de caixa (a)	831.568	740.131
Títulos e valores mobiliários (a)	484.984	591.325
Cauções e depósitos vinculados (a)	85.833	70.453
Clientes (b)	3.065.176	2.254.512
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.361.595	1.344.108
Ativos financeiros setoriais líquidos (d)	1.453.661	1.041.144
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	5.695.945	4.425.417
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão (f)	130.243	301.046
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão (g)	218.871	160.217
	13.327.876	10.928.353

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias para débitos superiores a R\$ 200.
- Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.
- c) A Administração considera o risco deste crédito reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos. O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.
- d) A Administração considera bastante reduzido o risco deste crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.
- e) A Administração considera bastante reduzido o risco deste, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão, especificamente a atividade de transmissão, tendo em vista que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda.
- f) Para o valor relativo a indenização homologada para os ativos que entraram em operação após maio de 2000, a Administração considera reduzido o risco de crédito uma vez que as regras de sua realização e remuneração já foram estabelecidos pelo Poder Concedente. A Companhia recebeu as parcelas vencidas até abril de 2015 (parcela 28/31) e a expectativa da Administração é o recebimento das demais parcelas em atraso.

- g)** Para o valor relativo aos ativos existentes em 31.05.2000, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR), para fins de indenização. Para estes ativos a Administração considera como reduzido o risco de crédito uma vez que as regras para a indenização estão definidas e está em andamento o levantamento das informações conforme requerido pelo Poder Concedente.

Para o valor relativo aos ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR), para fins de indenização. Apesar do poder concedente ainda não ter divulgado a forma do pagamento da remuneração dos ativos e de existirem incertezas quanto a homologação dos investimentos realizados, a expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados em 30.09.2015.

35.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2017, repetem-se os indicadores de 2016 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
30.09.2015							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 22	40.889	57.451	519.937	2.614.614	1.247.319	4.480.210
Debêntures	NE nº 23	74.616	93.643	365.782	4.405.964	-	4.940.005
Derivativos	DI Futuro	123	-	-	-	-	123
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.956	9.920	45.090	281.998	2.152.704	2.494.668
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	280.011	908.688	5.546.768	5.328.715	12.064.182
Outros fornecedores	-	1.328.940	219.959	246.268	30.851	-	1.826.018
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	1.133.358	3.479.656	20.167.524	101.349.673	126.130.211
Benefícios pós-emprego	8,53%	38.322	76.645	344.902	1.797.468	5.690.070	7.947.407
		1.487.846	1.870.987	5.910.323	34.845.187	115.768.481	159.882.824
31.12.2014							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 22	75.379	45.403	971.506	2.185.629	2.051.937	5.329.854
Debêntures	NE nº 23	4.939	10.966	692.433	2.680.345	-	3.388.683
Derivativos	DI Futuro	157	-	-	-	-	157
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.590	9.181	42.144	257.665	2.006.107	2.319.687
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	205.030	958.725	4.152.843	5.010.440	10.327.038
Outros fornecedores	-	1.111.742	269.075	94.811	32.114	-	1.507.742
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	899.187	3.666.194	19.924.273	93.096.613	117.586.267
Benefícios pós-emprego	8,53%	38.322	76.645	344.902	1.797.468	5.690.070	7.947.407
		1.235.129	1.515.487	6.770.715	31.030.337	107.855.167	148.406.835

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 22.4 e 23.2, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

As principais garantias para passivos, constituídas para manutenção dos negócios e investimentos, estão aplicadas em títulos e valores mobiliários (NE nº 5) e em numerário (NE nº 6).

35.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

O risco cambial na compra de gás decorre da possibilidade de a Compagás computar prejuízos derivados de flutuações no preço do gás decorrente da variação no valor da “cesta de óleos” e das taxas de câmbio, aumentando os saldos de contas a pagar relativas ao gás adquirido.

A Compagás mantém monitoramento permanente dessas flutuações.

Análise de sensibilidade do risco cambial

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do Dólar Norte-Americano sobre seus Empréstimos e Financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.09.2015 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio – fim de período (R\$/US\$ 4,08) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2015 do Relatório Focus do Bacen de 23.10.2015. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco cambial	Risco	Base 30.09.2015	Cenários projetados - dez.2015		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Caução STN (garantia de empréstimo STN)	Baixa do dólar	84.024	2.265	(19.307)	(40.879)
		84.024	2.265	(19.307)	(40.879)
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	(106.491)	(2.871)	(30.211)	(57.552)
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	(141.714)	(3.820)	(40.204)	(76.587)
Petrobras (aquisição de gás pela Compagás)	Alta do dólar	(174.054)	(4.692)	(49.379)	(94.065)
		(422.259)	(11.383)	(119.794)	(228.204)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.09.2015, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

b) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, exceto para os fundos de investimentos exclusivos (35.2.3-c), mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.09.2015 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores:

- Aplicações Financeiras, Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados: projeção de taxa CDI/Selic de 14,42% com base na taxa de referência de LTN, com vencimento em 04.01.2016 divulgada pela Bovespa em 30.09.2015;
- Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, Ativos financeiros setoriais, Contas a receber vinculadas à concessão, Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão e Passivos financeiros: CDI/Selic – 14,25%, IPCA – 9,82%, IGP-DI – 9,62%, IGP-M – 9,21% e TJLP – 7,00%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2015 do Relatório Focus do Bacen de 23.10.2015.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2015		
		30.09.2015	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	655.501	22.813	17.329	11.693
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	484.984	16.880	12.820	8.652
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	1.809	63	48	32
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.361.595	31.627	23.922	16.086
Ativos financeiros setoriais líquidos	Baixa Selic	1.453.661	49.229	37.374	25.229
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	5.695.945	126.849	95.912	64.472
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão - RBNI	Baixa IPCA	130.243	3.086	2.335	1.570
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão	Indefinido (a)	218.871	-	-	-
		10.002.609	250.547	189.740	127.734
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(1.475.167)	(49.957)	(61.710)	(73.199)
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	(25.143)	(115)	(143)	(172)
Eletrobrás - RGR	Sem Risco (b)	(73.856)	-	-	-
Finep	Alta TJLP	(28.880)	(493)	(612)	(730)
BNDES	Alta TJLP	(1.548.673)	(26.418)	(32.819)	(39.143)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(140.840)	(2.403)	(2.985)	(3.560)
Debêntures	Alta CDI	(3.630.037)	(122.933)	(151.853)	(180.124)
Debêntures - Compagás	Alta TJLP	(60.744)	(1.036)	(1.287)	(1.535)
Parcelamento junto a Receita Federal do Brasil	Alta Selic	(198.475)	(6.721)	(8.303)	(9.848)
		(7.181.815)	(210.076)	(259.712)	(308.311)

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

(b) Empréstimo indexado à Ufir.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 30.09.2015, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

c) Risco de derivativos

A Companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA e registradas na Cetip S.A. Mercados Organizados - Cetip, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- i) Nos primeiros nove meses de 2015, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi um ganho de R\$ 337 (uma perda de R\$ 67 no mesmo período de 2014);
- ii) Os contratos são ajustados diariamente, conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nacionais) desses contratos em aberto em 30.09.2015 correspondem a R\$ 13.374 (R\$ 64.880 em 31.12.2014);
- iii) Em 30.09.2015, parte dos títulos públicos federais no montante de R\$ 2.149 (R\$ 6.487 em 31.12.2014) estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA.

Análise de sensibilidade do risco de derivativos

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes e, para o cenário provável, os saldos com a variação da taxa de referência BM&FBOVESPA para LTN, com vencimento em 04.01.2016.

Risco de derivativos	Risco	Base 30.09.2015	Cenários projetados - dez.2015		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos (passivos) financeiros					
Derivativos - passivos	Baixa do DI	(123)	(45)	(157)	(272)
		(123)	(45)	(157)	(272)
Efeito esperado no resultado			78	(34)	(149)

35.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Risco de déficit de energia elétrica, decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto a ocorrência de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hídricas.

Períodos de estiagem prolongada influenciam o volume de água em estoque nos reservatórios das usinas que, ao operar em níveis críticos, elevam o risco de desabastecimento de energia. Neste cenário, eventuais impactos no consumo de energia elétrica podem ocasionar perdas em razão da redução de receitas.

Nos últimos anos, em função da perda gradativa da capacidade de regularização dos reservatórios frente ao crescimento da carga, levou o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a recomendar que todos os recursos sejam empregados na operação do sistema elétrico visando garantir o pleno atendimento a carga.

Contudo, em relação ao risco no curto prazo, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE tem apontado equilíbrio entre demanda e oferta de energia, mantendo os índices dentro margem de segurança. O mesmo posicionamento é adotado pelo ONS em relação ao risco de déficit no médio prazo, conforme apresentado no PEN 2015 - Plano da Operação Energética 2015-2019.

Embora os estoques armazenados nos reservatórios não sejam os ideais, sob o ponto de vista dos órgãos reguladores, quando combinadas com outras variáveis, são suficientes para manter o risco de déficit dentro da margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco máximo de 5%) para o horizonte 2015-2019 em todos os subsistemas.

35.2.5 Risco de não renovação das concessões

A lei nº 12.783/2013 publicada em 14.01.2013 disciplinou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as concessões alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da lei nº 9.074/1995. No entanto, a prorrogação é facultada a aceitação expressa das condições daquela lei.

No segmento de geração, foram quatro as usinas alcançadas pela lei nº 12.783/2013: Rio dos Patos com 1,8 MW, Mourão com 8,2 MW, Chopim com 1,8 MW e Usina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza com 260 MW de capacidade instalada.

Visando preservar os atuais níveis de rentabilidade da empresa, estas usinas não foram prorrogadas, pois estudos apontaram sua inviabilidade frente as condições impostas pelo poder concedente.

As usinas de Mourão e Governador Pedro Viriato Parigot de Souza serão ofertadas no Leilão 12/2015-Aneel, que se realizará em 25.11.2015, sem a garantia da empresa sagrar-se vencedora do certame. A usina de Chopim I, após o término da concessão, passou à condição de registro da Copel Geração e Transmissão, nos termos da Lei nº 12.783/2013. Rio dos Patos, por sua vez encontra-se submetida ao regime de cotas, introduzido pela mesma lei.

No segmento de transmissão, as instalações constantes do Contrato de Concessão nº 060/2001, foram prorrogadas por 30 anos, segundo as condições impostas pela lei nº 12.783/2013. Neste caso, foram mantidas as condições para a realização dos investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reforma das estruturas e equipamentos que se efetivarão desde que haja reconhecimento e autorização pela Aneel. A garantia de ressarcimento pelo órgão regulador afasta a possibilidade de perdas financeira bem como preserva os atuais níveis de rentabilidade da Companhia.

No segmento de distribuição, a Companhia manifestou-se favorável pela prorrogação do Contrato de Concessão nº 046/1999, nos termos da lei nº 12.783/2013.

Em 03.06.2015 foi publicado o Decreto 8.461 que estabelecendo as condições para a renovação das 42 concessões vincendas entre 2015 e 2017, inclusive a outorgada à Copel Distribuição. Segundo esse decreto, essas concessões deverão atender aos seguintes critérios: i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; iii) racionalidade operacional e econômica; e iv) modicidade tarifária.

Em 21.10.2015, a Aneel apresentou os resultados da Audiência Pública 038, cujo o objetivo foi o aprimoramento do modelo de termo aditivo ao contrato de concessão para prorrogação das concessões de distribuição e recomendou ao Ministério de Minas e Energia - MME a prorrogação de 40 concessões de distribuição de energia elétrica, dentre elas, a da Copel Distribuição. Os novos contratos de concessão impõem condicionantes de eficiência às distribuidoras. A eficiência será tratada em duas dimensões: qualidade do serviço e sustentabilidade da gestão econômico-financeira. Os descumprimentos dos limites podem resultar em caducidade da concessão ou, também, em limitações à distribuição de resultados financeiros aos acionistas das empresas.

A Companhia confia na possibilidade de prorrogação do referido contrato de concessão desde que garantido os níveis de rentabilidade da empresa. A prorrogação do contrato de concessão se dará mediante condições legais e regulatórias a serem determinadas que podem afetar a classificação, a realização de determinados ativos ou a liquidação de determinados passivos.

Os principais itens que estão expostos a este evento são:

- i) Ativo financeiro setorial: a parcela classificada no curto prazo poderá ser realizada em prazo superior a 12 meses, caso a concessão não seja renovada;
- ii) Ativo financeiro da concessão: depende de avaliação da Aneel para confirmar os valores a serem indenizados ou que venham a ser atribuídos a um novo período de concessão; e
- iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos: poderão se realizar/liquidar em prazo diferente daquele previsto pela Companhia.

Contratos de concessões e de autorizações

Copel Geração e Transmissão	Participação %	Vencimento
Contrato de Concessão nº 045/1999		
UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS) (a) (b)	100	07.07.2015
UHE Mourão I (a) (b)	100	07.07.2015
UTE Figueira	100	26.03.2019
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	100	23.05.2023
UHE São Jorge	100	03.12.2024
UHE Guaricana	100	16.08.2026
UHE Derivação do Rio Jordão (d)	100	15.11.2029
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	15.11.2029
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	04.05.2030
PCH Melissa (f)	100	-
PCH Pitangui (f)	100	-
PCH Salto do Vau (f)	100	-
Contrato de Concessão nº 001/2011		
UHE Colíder (e)	100	16.01.2046
Contrato de Uso de Bem Público nº 007/2013		
UHE Apucarantina (d)	100	12.10.2025
UHE Chaminé (d)	100	16.08.2026
UHE Cavernoso (d)	100	07.01.2031
Contrato de Uso de Bem Público nº 002/2012		
UHE Baixo Iguaçu (g)	30	19.08.2047
Autorizações		
Resolução nº 278/1999 - UEE Palmas	100	28.09.2029
Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20% - Copel)	60	22.12.2029
Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II	100	27.02.2046
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007		
UHE Mauá	51	02.07.2042
Em processo de homologação na Aneel		
UHE Marumbi	100	-

- (a) Usina não renovada nos termos da MP nº 579/2012 - prerrogativa da Concessionária.
- (b) Haverá licitação do empreendimento ao término da concessão. Leilão 012/2015-Aneel em 25.11.2015.
- (c) A Companhia permanecerá responsável pela prestação do serviço desta usina, até a assunção do concessionário vencedor da licitação, ainda sem data definida para acontecer.
- (d) Usinas que passaram por mudança no regime de exploração de Serviço Público para Produtor Independente.
- (e) Empreendimento em construção.
- (f) Apenas registro na Aneel.
- (g) Em 10.10.2014 foi assinado o 1º aditivo ao Contrato de Concessão MME nº 002/2012 formalizando a transferência de 30% da Concessão da UHE Baixo Iguaçu para a Copel Geração e Transmissão.

Copel Geração e Transmissão	Participação %	Vencimento
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão e Subestações		
Contrato nº 060/01 - Instalações de transmissão (a)	100	05.12.2042
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariaíva	100	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	100	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	100	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté (b)	100	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilho III (b)	100	05.10.2040
Contrato nº 001/12 - Linha de transmissão Cascavel Oeste - Umuarama (b)	51	11.01.2042
Contrato nº 004/12 - Linha de transmissão Nova Santa Rita - Camaquã 3 (b)	20	09.05.2042
Contrato nº 007/12 - Linha de transmissão Umuarama - Guaíra (b)	49	09.05.2042
Contrato nº 008/12 - Linha de transmissão Curitiba - Curitiba Leste (b)	80	09.05.2042
Contrato nº 011/12 - Linha de transmissão Açailândia - Miranda II	49	09.05.2042
Contrato nº 012/12 - Linha de transmissão Paranaíba - Ribeirãozinho (b)	49	09.05.2042
Contrato nº 013/12 - Linha de transmissão Ribeirãozinho - Marimbondo II (b)	49	09.05.2042
Contrato nº 022/12 - Linha de transmissão - Foz do Chopim - Salto Osorio C2	100	26.08.2042
Contrato nº 002/13 - Linha de transmissão - Assis - Paraguaçu Paulista II (b)	100	24.02.2043
Contrato nº 007/13 - Linha de transmissão - Barreiras II - Pirapora 2 (b)	24,5	01.05.2043
Contrato nº 001/14 - Linha de transmissão - Itatiba - Bateias (b)	50,1	13.05.2044
Contrato nº 005/14 - Linha de transmissão - Bateias - Curitiba Norte (b)	100	28.01.2044
Contrato nº 019/14 - Linha de transmissão - Estreito - Fernão Dias (b)	49	04.09.2044
Contrato nº 021/14 - Linha de Transmissão Foz do Chopim - Realeza (b)	100	04.09.2044
Contrato nº 022/14 - Linha de Transmissão Assis - Londrina (b)	100	04.09.2044

(a) Concessão prorrogada nos termos da MP nº 579/2012.

(b) Empreendimento em construção.

Copel	Participação %	Vencimento
Contratos de Concessão / Autorização das Participações societárias		
Copel Distribuição - Contrato de concessão nº 046/99 (a)	100	07.07.2015
Elejor - Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão e UHE Santa Clara	70	24.10.2036
- Autorização - Resoluções nºs 753 e 757/2002 - PCH Fundão I e PCH Santa Clara I	70	18.12.2032
Dona Francisca Energética - Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	23	27.08.2033
Foz do Chopim - Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Foz do Chopim	36	23.04.2030
UEG Araucária - Autorização - Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (60% Copel GeT)	20	22.12.2029
Compagás - contrato de concessão de distribuição de gás	51	06.07.2024
Nova Asa Branca I - Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	24.04.2046
Nova Asa Branca II - Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	30.05.2046
Nova Asa Branca III - Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	30.05.2046
Nova Eurús IV - Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurús IV	100	26.04.2046
Santa Maria - Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	07.05.2047
Santa Helena - Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	08.04.2047
Ventos de Santo Uriel - Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	08.04.2047
São Bento - Portaria MME nº 276 /2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	27.04.2046
- Portaria MME nº 263 /2011 - EOL Farol	100	19.04.2046
- Portaria MME nº 343 /2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	31.05.2046
- Portaria MME nº 310 /2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	18.05.2046
Voltalia - Portaria MME nº 173 /2012 - EOL São João (b)	49	25.03.2047
- Portaria MME nº 204 /2012 - EOL Carnaúbas (b)	49	08.04.2047
- Portaria MME nº 230 /2012 - EOL Reduto (b)	49	15.04.2047
- Portaria MME nº 233 /2012 - EOL Santo Cristo (b)	49	17.04.2047
Cutia - Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste (b)	100	10.05.2050
- Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste (b)	100	10.05.2050
- REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada (b)	100	04.01.2042
- REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena (b)	100	04.01.2042
- Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar (b)	100	10.05.2050
- REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru (b)	100	04.01.2042
- REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia (b)	100	04.01.2042

(a) Encaminhado em 31.05.2012 requerimento solicitando prorrogação da concessão, e em 11.10.2012 ratificação ao requerimento de prorrogação conforme MP nº 579/2012.

(b) Empreendimento em construção.

35.2.6 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural, para atender às atividades relacionadas à distribuição de gás e geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas em razão da redução de receitas das controladas Compagás e UEG Araucária.

35.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A estrutura de capital é formada:

- a) pela dívida líquida, definida como o total de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos de caixa e equivalentes de caixa, e títulos e valores mobiliários, de curto prazo; e
- b) pelo capital próprio, definido como o patrimônio líquido.

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Empréstimos e financiamentos	998.706	958.416	3.399.050	3.468.950
Debêntures	1.053.734	1.010.485	3.690.781	2.585.448
(-) Caixa e equivalentes de caixa	14.809	34.862	831.568	740.131
(-) Títulos e valores mobiliários	164	152	384.549	459.115
Dívida líquida	2.037.467	1.933.887	5.873.714	4.855.152
Patrimônio líquido	13.901.029	13.330.689	14.262.309	13.682.780
Endividamento do patrimônio líquido	0,15	0,15	0,41	0,35

36 Transações com Partes Relacionadas

36.1 Principais transações entre partes relacionadas

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	30.09.2014
Controlador						
Estado do Paraná						
Programa Luz Fraterna (a)	162.101	139.817	-	-	-	-
Empregados cedidos (b)	477	908	-	-	-	-
Serviços de telecomunicações (c)	57.698	39.489	-	-	22.571	20.931
Entidades com influência significativa						
BNDES e BNDESPAR (d)						
Financiamentos (NE nº 22)	-	-	1.548.673	1.526.141	(83.985)	(53.813)
Debêntures - Compagás (NE nº 23)	-	-	60.744	53.554	(2.259)	(321)
Empreendimentos controlados em conjunto						
Costa Oeste Transmissora de Energia						
Serviços de operação e manutenção (e)	-	48	-	-	532	103
Rede básica e conexão (f)	-	-	-	-	(1.829)	-
Caiuá Transmissora de Energia (g)	-	-	154	354	(10.754)	4.202
Integração Maranhense Transmissora (h)	-	-	-	-	(774)	-
Transmissora Sul Brasileira de Energia (h)	-	-	-	-	(1.196)	-
Coligadas						
Dona Francisca Energética S.A. (i)	-	-	1.262	6.538	(26.688)	(55.867)
Foz do Chopim Energética Ltda. (j)	139	155	-	-	1.430	1.362
Sercomtel S.A. Telecomunicações (k)	248	-	-	-	708	735
Companhia de Saneamento do Paraná						
Água tratada, coleta e tratamento de esgoto	-	-	4	4	(950)	(969)
Utilização de água retirada da Represa do Alagado	-	72	-	-	159	141
Serviços de telecomunicações (l)	245	246	-	-	2.151	1.844
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 32.3)	-	-	-	-	(16.465)	(13.854)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24)	-	-	-	-	(825)	(948)
Outras partes relacionadas						
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	687	-	(9.887)	(8.996)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24)	-	-	977.680	898.618	-	-
Arrendamentos e serviços de telecomunicações (m)	-	-	-	-	220	218
Lactec (n)	37.090	28.693	1.935	1.168	(8.660)	(7.283)

- a) O Programa Luz Fraterna, instituído e alterado pelas leis estaduais nº 491/2003 e 17.639 de 31.07.2013, permite ao Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 120 kWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel Distribuição. Do saldo em 30.09.2015, o valor de R\$ 153.300 está contabilizado na Controladora, na conta de Partes Relacionadas, conforme NE nº 16.1.
- b) Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos da PCLD, no valor de R\$ 1.188 em 30.09.2015 (R\$ 1.195, em 31.12.2014).
- c) Serviços de telecomunicações prestados conforme contrato da Copel Telecomunicações com o Estado do Paraná.
- d) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que detém 23,96% do capital social da Copel (26,41% das ações ordinárias e 21,27% das ações preferenciais "B").
- e) Contrato de operação e manutenção, com vencimento em 26.12.2018, realizados entre a Costa Oeste Transmissora e a Copel Geração e Transmissão.
- f) Contrato de uso do sistema de transmissão, de caráter permanente, e contrato de conexão ao sistema de transmissão, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro, realizados entre a Costa Oeste Transmissora e a Copel Distribuição.
- g) Contrato de uso do sistema de transmissão, de caráter permanente, para a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must, com montantes definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais, e contrato de conexão ao sistema de transmissão, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro, realizados entre a Caiuá Transmissora e a Copel Distribuição. O saldo de 30.09.2014 refere-se a receita de serviços de gestão ambiental e de operação e manutenção prestados pela Copel Geração e Transmissão.
- h) Contrato de uso do sistema de transmissão, de caráter permanente, para a contratação do Must, com montantes definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais, realizados entre a Integração Maranhense e Transmissora Sul Brasileira com a Copel Distribuição.
- i) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 31.03.2025.
- j) Contratos realizados entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão referentes à prestação de serviços de operação e manutenção, com vencimento em 23.05.2019 e à conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.
- k) Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel Distribuição, com vencimento em 28.12.2018.
- l) Serviços de telecomunicações prestados conforme contrato da Copel Telecomunicações com a Sanepar.

- m) Serviços de telecomunicações prestados e aluguéis e arrendamentos de equipamentos e infraestrutura, conforme contratos da Copel Telecomunicações com a Fundação Copel.
- n) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão e com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a P&D e PEE, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

Outras transações entre a Controladora e suas partes relacionadas estão demonstradas nas NEs nº 8 - Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, nº 16 - Partes Relacionadas e nº 17 - Investimentos.

Os valores decorrentes das atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel.

36.2 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

A Copel e a São Bento concederam avais e garantias na emissão de financiamentos, de debêntures e de contratos de seguros de controladas, conforme NEs nºs 22, 23 e 37.

A Copel e a Copel Geração e Transmissão concederam avais na emissão de financiamentos, de debêntures e de contratos de seguros dos empreendimentos controladas em conjunto conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Operação	Data da emissão	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo 30.09.2015	% participação	Valor aval/fiança
(1) Caiuá Transmissora	Financiamento	23.12.2013	15.02.2029	84.600	85.758	49,0	42.021
(2) Costa Oeste Transmissora	Financiamento	30.12.2013	15.11.2028	36.720	33.705	51,0	17.190
(3) Guaraciaba Transmissora	Debêntures	20.06.2013	20.12.2015	400.000	414.845	49,0	203.274
(4) Integração Maranhense	Financiamento	30.12.2013	15.02.2029	142.150	142.473	49,0	69.812
(5) Mata de Santa Genebra	Debêntures	10.09.2014	12.03.2016	469.000	471.726	50,1	236.335
(6) Matrinchã Transmissora	Financiamento	27.12.2013	15.05.2029	691.440	670.125	49,0	328.361
(7) Transmissora Sul Brasileira	Financiamento	12.12.2013	15.07.2028	266.572	247.022	20,0	49.404
(8) Transmissora Sul Brasileira	Debêntures	15.09.2014	15.09.2028	77.550	91.230	20,0	18.246
(9) Paranaíba Transmissora	Debêntures	24.11.2014	24.11.2015	350.000	393.074	24,5	96.303
(10) Marumbi Transmissora	Financiamento	06.10.2014	15.07.2029	55.037	53.750	80,0	43.000

Instituição financeira financiadora:

BNDES: (1) (2) (4) (6) (7) (10)

Destinação:

Programa Investimentos e/ou Capital de Giro.

Aval / Fiança:

Prestado pela Copel Geração e Transmissão: (1) (4)

Prestado pela Copel: (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10)

Garantias da Operação:

Penhor de ações da Copel Geração e Transmissão proporcional à participação nos empreendimentos: 49% (1) (4) (6); 51% (2); 20% (7) (8); 80% (10)

Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	Término	Importância	% aval	
Empresa	da vigência	segurada	Copel GeT	Valor do aval
Matrinchã Transmissora	28/02/2016	90.000	49,0	44.100
Guaraciaba Transmissora	28/02/2016	47.000	49,0	23.030
Paranaíba Transmissora	29/06/2016	48.000	24,5	11.760
Mata de Santa Genebra	26/05/2018	78.300	50,1	39.228
Cantareira Transmissora	30/11/2018	31.200	49,0	15.288

37 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado	Término	Importância
Apólice	da vigência	segurada
Riscos nomeados	24/08/2016	2.067.793
Incêndio - imóveis próprios e locados	24/08/2016	535.667
Responsabilidade civil - Compagás	30/10/2015	4.200
Transporte nacional e internacional - exportação e importação	24/08/2016	apólice por averbação
Multirrisco - Compagás	18/12/2015	14.750
Multirrisco - Compagás	26/04/2016	470
Seguro de Vida - Compagás	01/08/2016	36 x salário do empregado
Multirrisco - Elejor	11/04/2016	197.800
Automóveis - Compagás	16/10/2015	valor de mercado
Riscos diversos	24/08/2016	1.079
Garantia Financeira - Elejor	01/01/2016	3.664
Riscos nomeados - Elejor	14/05/2016	813
Riscos operacionais - UEG Araucária (a)	30/11/2016	1.433.051
Garantia judicial - Compagás	03/02/2016	56.938
Garantia de Fiel cumprimento - Aneel	01/05/2017	44.319
Garantia de Fiel cumprimento - Aneel	27/12/2015	1.850
Riscos operacionais - UHE Mauá - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	23/11/2015	342.139
Garantia de Fiel Cumprimento - Nova Asa Branca I	12/10/2015	3.330
Garantia de Fiel Cumprimento - Nova Asa Branca II	30/12/2015	4.995
Garantia de Fiel Cumprimento - Nova Asa Branca III	30/12/2015	3.330
Garantia de Fiel Cumprimento - Nova Eurús IV	20/11/2015	3.330
Garantia de Fiel Cumprimento - Agência Nacional de Petróleo - ANP	11/11/2018	59.440
Garantia de Fiel cumprimento - Aneel	30/11/2017	2.450
Garantia de Fiel cumprimento - Aneel	02/06/2018	6.750
Garantia de Participação - Agência Nacional de Petróleo - ANP	02/03/2016	862
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	01/04/2016	2.890
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	31/07/2017	12.500
Garantia de Fiel Cumprimento - Crea - Paraná	31/12/2016	24
Garantia de Participação - Aneel	04/02/2016	646
Garantia Financeira - Cosern	01/11/2015	21
Riscos Operacionais - São Bento	28/12/2015	390.935
Responsabilidade Civil - São Bento	01/01/2016	20.000
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	31/10/2018	37.751
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	31/01/2020	26.609
Garantia de Fiel Cumprimento - Ministério da Justiça - Sup. de Polícia Rodoviária	31/08/2016	14
Seguro Aeronáutico (a)	30/01/2016	111.261
Garantia de Fiel Cumprimento - Dep. Nac. de Infraestrutura e Transportes - DNIT	15/08/2016	2

(a) Os valores das importâncias seguradas de Riscos Operacionais - UEG Araucária e do Seguro Aeronáutico foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 30.09.2015 de R\$ 3,9729.

(b) Os seguros de garantia listadas acima possuem como avalista, a Copel, no limite de sua participação em cada empreendimento.

38 Evento Subsequente

Em 21.08.2015, as empresas Santa Maria Energias Renováveis S.A. e Santa Helena Energias Renováveis S.A. contrataram financiamentos juntos ao BNDES, no montante de R\$ 71.676 e R\$ 82.973 respectivamente, com custo financeiro na ordem de TJLP + 1,66% a.a. e prazo de amortização de 16 anos. Os contratos contaram com a interveniência (garantia) da Copel e da Copel Brisa Potiguar. Foram liberados no mês de outubro de 2015, os valores de R\$ 59.462, de Santa Maria, e de R\$ 64.520, de Santa Helena.